

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Empreendedorismo e discriminação racial no mercado de
trabalho brasileiro: um estudo de caso da rede de salões Beleza
Natural**

LORENA LUZ D'ASSUMPÇÃO
matrícula n°: 113061016

ORIENTADORA: Prof^ª. Renata Lèbre La Rovere

AGOSTO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Empreendedorismo e a discriminação racial no mercado de
trabalho brasileiro: um estudo de caso da rede de salões Beleza
Natural**

LORENA LUZ D'ASSUMPÇÃO
matrícula n°: 113061016

ORIENTADORA: Prof^ª. Renata Lèbre La Rovere

AGOSTO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

“Eu aprendi que tudo o que precisamos é uma mão para segurar e um coração para nos entender.” – Wiliam Shakespeare.

Agradeço à todas as mãos que pude segurar e a todos os corações que me entenderam nessa longa jornada. Em especial:

Aos grandes exemplos da minha vida. Os motivos pelos quais vale a pena: meus pais. A vocês eu devo tudo.

Aos amigos que fiz nessa instituição e que se estenderão para a vida: Yasmin Marinho, Gabriela Viana, Felipe Siqueira, Vinícius Schmidt, Pedro Paulo Neto, Márcio Machado, Raphael Fernandes, Larissa Domingues, Lia Braga e Daniel Mitelman.

A Victor Ayres. Por tudo.

Aos professores que ensinaram tudo o que sei. Em especial ao meu grande mentor Marcelo Paixão e a minha orientadora Renata La Rovere pela constante atenção e disponibilidade.

As empreendedoras negras que tive o prazer de conversar e entender um pouco mais sobre o seu negócio.

Ao Guilherme e André da xérox pelo bom humor diário.

A UFRJ e a população brasileira.

RESUMO

Este trabalho busca expor o arcabouço das teorias da discriminação nos mercados existentes na teoria econômica para maior entendimento da construção das relações raciais brasileiras. Dada a complexidade e ambiguidade em que se formaram, estas assumem um carácter de assimilacionismo e hierarquização. Nesse sentido, o mercado de trabalho brasileiro das últimas décadas conta com resíduos do período de pós emancipação da escravidão no país. A manutenção desse quadro é sustentada e reafirmada pela percepção – e autopercepção – negativa de negros e negras. Como alternativa ao desemprego e ao subemprego, esses indivíduos tem buscado opção no autoemprego e na atividade empreendedora. Esse processo pode impactar positivamente a identidade da população negra de diversas formas, como ilustrado no caso exposto nesta monografia.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Teorias da discriminação e o modelo de Akerlof e Kranton	3
1.1.1 – Introdução	3
1.1.2 - A teoria econômica convencional e a homogeneização dos agentes econômicos	4
1.2 - Gary Becker e a teoria das preferências diferenciais.....	8

1.3 - A assimetria dos mercados e a discriminação: a teoria da discriminação estatística	11
1.4- O modelo de Akerlof e Kranton e a inserção de uma nova variável: a identidade	12
1.5 – Conclusão	16
Capítulo II – A discriminação racial no Brasil refletida no mercado de trabalho	17
II.1 – Introdução	17
II.2 - O fim da escravidão e a distorção da percepção sobre o negro na sociedade brasileira.	17
II.3 - A construção das relações raciais brasileiras ao longo do século XX: o mito da democracia racial e a identidade da mulher negra.....	22
II.4 - O mercado de trabalho da última década para homens e mulheres negros.	28
II.5 – Conclusão	38
Capítulo III – A atividade empreendedora e o caso do Beleza Natural.....	40
III.1 – A atividade empreendedora: suas definições e seu espaço na ciência econômica.....	40
III.2 - O Caso Beleza Natural.....	43
Considerações Finais	51
Referências Bibliográficas	

Introdução

O presente trabalho busca apresentar alguns aspectos da discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro e um dos possíveis mecanismos de ascensão social: a atividade empreendedora. Para isso, no primeiro capítulo foram movimentadas algumas teorias da chamada “economia da discriminação”. Dentre elas, destaca-se a teoria de Akerlof e Kranton (2000) que busca entender alguns fenômenos da ciência econômica a partir da inclusão da identidade na função utilidade dos indivíduos. Essa nova variável é capaz de impulsionar os indivíduos a se enquadrarem nas prescrições que lhe foram impostas pela sociedade a fim de não causar danos em sua utilidade e na daqueles que os cercam. Nesse contexto, as identidades e suas respectivas prescrições sociais podem ser moldadas pela própria sociedade, mudando a percepção dos indivíduos sobre si e sobre os demais.

Essa teoria será então, fundamental base teórica para o entendimento das relações raciais brasileiras, cuja construção será tecida no segundo capítulo do presente trabalho. Estas foram forjadas a partir de um contexto ambíguo de assimilação e marginalização. A construção de uma identidade depreciativa de homens e mulheres negros no fim do período escravista foi fundamental para sua baixa inserção no mercado de trabalho nascente. Os indivíduos negros se viram marginalizados e sujeitos à miséria e ao subemprego. As relações raciais brasileiras foram tomando forma ao longo do século XX com a assimilação dos indivíduos negros na sociedade simultaneamente à sua manutenção em níveis hierárquicos inferiores. À luz da teoria de Akerlof e Kranton (2000) essa hierarquia deveria ser respeitada para não causar perda na utilidade dos indivíduos. Nesse contexto, ainda no segundo capítulo apresentamos algumas estatísticas descritivas do mercado de trabalho brasileiro. Longe de querer esgotar as questões desse mercado, serão apresentados alguns indicadores que revelam algumas disparidades ainda existentes para a população negra e sobretudo para as mulheres negras.

O terceiro capítulo irá apresentar um possível mecanismo de ascensão social dos indivíduos: a atividade empreendedora. Além de proporcionar uma saída para o desemprego e para o subemprego pelos quais os indivíduos negros são mais atingidos, o

empreendedorismo pode ser responsável por mudanças na identidade da população negra perante a sociedade. Esse é o caso do Beleza Natural, rede de salões brasileira cuja trajetória é analisada ainda no terceiro capítulo. Este estudo de caso será construído à luz da base histórica e teórica dos capítulos anteriores.

Capítulo I – Teorias da discriminação e o modelo de Akerlof e Kranton

1.1.1 – Introdução

O arcabouço teórico da ciência econômica é formado por escolas de pensamento distintas. Essas nascem de um processo simultâneo de incorporação e refutação de elementos das teorias econômicas preexistentes. A teoria neoclássica, muitas vezes considerada o *mainstream* da teoria econômica, nasceu na Europa no final do século XIX, em oposição aos autores clássicos, os quais se pautavam em sua teoria do valor trabalho:

Essa teoria neoclássica em sentido amplo nasceu em diversos países, sob culturas econômicas algo diferentes, quase ao mesmo tempo – ou seja, na década de 1870. Entre os pioneiros acham-se Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra. (PRADO 2001, p.11).

Embora apresentem peculiaridades notáveis, as teorias desses diferentes autores guardam alguns pressupostos e conclusões comuns que nutrem uma percepção bastante simplificadora e determinística das relações entre os indivíduos dentro de uma sociedade capitalista. A primeira seção deste capítulo (I.1.2) se destina a entender como essa percepção não abre espaço para o tema da discriminação nos mercados. Ademais, utilizando as ideias de Paixão (2016), busca apresentar a afluência desses autores com economistas marxistas e os demais clássicos no que diz respeito à discriminação.

Não obstante este cenário, o tema da discriminação nos mercados vai encontrar espaço para discussão na economia. Para abarcar essa discussão, a seção I.1.2 apresenta os possíveis tipos de discriminação no mercado de trabalho, introduzindo as três seções seguintes. Estas trarão um resumo de importantes teorias dentro da ciência econômica que encontraram explicações, ainda que distintas, para a questão da discriminação. Neste capítulo apresentaremos três dessas teorias. Dentre elas está o modelo de Akerlof e Kranton que insere uma variável fundamental para a compreensão das relações raciais no Brasil: a identidade.

1.1.2 - A teoria econômica convencional e a homogeneização dos agentes econômicos

A escola clássica, tradicionalmente associada às obras de, entre outros autores, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, estudava os fenômenos econômicos reconhecendo que a sociedade é formada por classes sociais (capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra). Cada classe teria sua função na produção dos bens e serviços para a sociedade, auferindo um respectivo rendimento atrelado a ela. O processo de produção, sua distribuição entre as classes¹ e seus efeitos sobre o processo de acumulação do capital, seria, então, elemento chave de estudo dessa escola.

A teoria neoclássica muda o foco da análise, internalizando parte da lógica *smithiana* da *Riqueza das Nações*² de uma sociedade formada por indivíduos com ações guiadas exclusivamente por seu interesse econômico individual e avaliadas subjetivamente pelas relações custo-benefício. Assim, cada indivíduo estaria buscando a maximização de seu bem-estar, possibilitando, por isso, sua representação por um agente genérico, dito “representativo” dos demais. De acordo com Prado (2001): “todos esses autores centraram sua análise num indivíduo genérico isento de relações sociais, que busca atender ao seu próprio interesse, e que se orienta invariavelmente por suas preferências subjetivas.”

Assim, essas ideias foram parte da inspiração dos modelos microeconômicos neoclássicos construídos a partir da contribuição de vários autores, sobretudo da teoria de equilíbrio geral proposta por Walras e de equilíbrio parcial, por Marshall.³ As consagradas teorias da firma e do consumidor que daí se derivaram analisam o funcionamento dos mercados através da maximização das funções objetivo da economia: o lucro e a utilidade. Em mercados competitivos, as firmas teriam à sua disposição fatores de produção (trabalho, capital, terra, entre outros) e os empregariam

¹ Segundo Smith e Ricardo, a distribuição se dava governada por leis econômicas naturais, mas não segundo Marx.

² “Na abordagem *smithiana*, o interesse econômico teria suprema validade no mundo social por uma questão relacionada à natureza competitiva e individualista do ser humano o que o levaria à propensão a barganhar. Assim, este mundo social, seria regulado pela lógica do interesse econômico. Contudo, esta sociedade estruturada no entorno deste princípio teria um princípio moral ordenador. Este se basearia no fato de que ao perseguir seus próprios interesses, cada um, através da troca mercantil, atenderia às necessidades dos demais. Esta sociedade não se degeneraria no caos por causa princípio ordenador do mercado. O aprofundamento da divisão do trabalho, e o aumento da produtividade daí derivado, traria o bem-estar para toda humanidade, isto dentro dos termos otimistas apresentados pelo ilustre filósofo iluminista”. (PAIXÃO, 2016, p.5)

³ Mais em PRADO (2001, p.13)

pelo valor de seu produto marginal. Do outro lado estariam os possuidores do fator trabalho e sua desutilidade associada ao sacrifício do lazer para trabalhar. Essa desutilidade teria valor semelhante à utilidade causada pela remuneração do trabalho: o salário. Segundo Prado:

Sobre essa base, erigiram o que veio a ser chamado de microeconomia, um ramo da teoria econômica que se concentrou inicialmente na análise do mercado de concorrência, no qual cada agente econômico pode ser tratado como independente dos demais. A teoria neoclássica, em geral, teve desde o início o objetivo central de mostrar como um mercado funciona quando tais átomos sociais dançam, por assim dizer, a música dos preços. (PRADO, 2001, p.11)

A utilização dos fatores de produção pela firma será dada, por abstração, pela sua função de produção e a decisão de empregar decorrerá de sua maximização. Em termos da teoria neoclássica, longe de querer esgotá-la no que tange à sua aplicabilidade analítica, podemos descrever o funcionamento do mercado a longo prazo como:

$$\max_{x_1} pf(x_1, x_2) - w_1x_1 - w_2x_2, \text{ onde } x_1 = \text{fator 1 e } x_2 = \text{fator 2}$$

Em que p é o preço do produto da firma, w_1 representa a remuneração do fator 1 e w_2 a remuneração do fator 2.

A escolha ótima entre os fatores se dará quando um aumento ou diminuição destes não for capaz de aumentar o lucro da firma. Esse ponto é alcançado quando:

$$pPM_1(x_1^*, x_2^*) = w_1$$

$$pPM_2(x_1^*, x_2^*) = w_2$$

Em que p é o preço do produto da firma, PM_1 = produtividade marginal do fator 1 e PM_2 = produtividade marginal do fator 2.

Dessa forma, a decisão de empregar para os agentes racionais da teoria neoclássica levaria em consideração exclusivamente cálculos de maximização. A única informação relevante sobre os indivíduos seria a sua produtividade marginal, não importando seu

gênero ou cor, por exemplo. Não haveria, portanto, espaço para discriminação nos mercados (sobretudo o mercado de trabalho)⁴ tal como descrita por Loureiro:

A existência de discriminação econômica no mercado de trabalho se dá quando um grupo de indivíduos que tem habilidades, educação, treinamento, experiência e produtividade iguais recebem salários diferentes ou recebam tratamento diferenciado por causa de sua raça, sexo, cor, religião, idioma, condição econômica e social, aparência física e etnia, sem que essas características tenham efeito sobre sua produtividade. (LOUREIRO, 2003, p.126)

Segundo Paixão:

Deste modo, no maravilhoso mundo da teoria, para um agente econômico que persegue o próprio interesse no plano material, não faria sentido deixar de se comprar um produto mais barato ou de melhor qualidade no mercado sempre que ocorresse esta oportunidade. Não importaria quem o produziu, inclusive em termos de sua afiliação ou identificação a um determinado grupo étnico ou racial. O mesmo princípio se aplicaria aos demais mercados, especialmente o de trabalho. Ou seja, não faria sentido para o empresário racional, sujeito ao princípio da alocação eficiente de recursos escassos, deixar de contratar um trabalhador ou uma trabalhadora por uma razão outra que sua produtividade marginal. (PAIXÃO, 2016, p.5)

Paixão (2016), segue, então, defendendo a convergência dos economistas marxistas com os neoclássicos e os demais clássicos em termos de contribuição para o pensamento das relações étnico-raciais - acrescento aqui as questões de gênero - no interior da ciência econômica:

Entretanto, cabe apontar que o marxismo igualmente aponta para os aspectos positivos do avanço das forças produtivas para o plano das relações étnico-raciais. Assim, a transformação do antigo mundo patriarcal em uma ordem plenamente capitalista traria o efeito positivo (se dialético ou mecânico isto seria tema para outro texto) do fortalecimento da classe operária. Assim, para além dos particularismos típicos da velha ordem, seria forjada uma classe para si, portadora de um projeto histórico uniforme e coerente. Em suma, do estrito ponto de vista da avaliação dos efeitos da modernização social sobre as relações étnico-raciais (especialmente no que diz respeito ao fim do racismo e da discriminação racial), os economistas

⁴ “Dentre os diversos tipos de discriminação econômica (mercado de trabalho, entre as vizinhanças, ‘segregação profissional, de linguagem, aparência física, dentro da família, etc.), a discriminação no mercado de trabalho é destaque na literatura. Esse destaque advém do fato do modelo de discriminação de Becker (1957) ter dado impulso inicial ao estudo da economia da discriminação” (LOUREIRO, 2003, p.2016)

clássicos, neoclássicos e marxistas, quase sempre, caminharam rumo a uma notável convergência. (PAIXÃO, 2016, p.6)

O tema da discriminação encontrará, entretanto, terra fértil nas ciências econômicas. Loureiro (2003) menciona possíveis tipos de classificação para a discriminação no mercado de trabalho São eles: discriminação salarial, discriminação de emprego, discriminação de trabalho ou ocupacional e discriminação ao acesso ao capital humano. Nas palavras do autor:

- Discriminação salarial significa que trabalhadores do sexo feminino (negros) recebem salários menores do que do sexo masculino (brancos) fazendo o mesmo trabalho.
- Discriminação de emprego ocorre quando mulheres e negros ficam predominantemente em desvantagem no que se refere à baixa oferta de empregos, sendo, portanto, os mais atingidos pelo desemprego.
- Discriminação de trabalho ou ocupacional significa que mulheres (negros) tem sido arbitrariamente restringidas ou proibidas de ocupar certas ocupações, mesmo que sejam tão capazes quanto os homens (brancos) de executar esses trabalhos.
- Discriminação decorrente de oportunidades desiguais para se obter capital humano ocorre quando mulheres (negros) tem menores oportunidades de aumentar sua produtividade, tais como educação formal ou treinamento no trabalho. (LOUREIRO, 2003, p. 127)

Embora de maneira distinta, todos esses tipos de discriminação contribuem para a não equidade do mercado de trabalho. Algumas consequências destes serão evidenciadas nos capítulos seguintes do presente trabalho. O comportamento discriminador nos mercados será explicado de diversas maneiras dentro da economia. Nas próximas seções deste primeiro capítulo apresentaremos três teorias responsáveis por trazer distintas contribuições sobre o tema, baseando-se em diferentes escolas de pensamento econômico.

1.2 - Gary Becker e a teoria das preferências diferenciais

Embora não tenha dado espaço à discussão sobre discriminação nos mercados, a economia neoclássica atuou como arcabouço teórico para contribuições fundamentais ao tema dentro da ciência econômica. A primeira e provavelmente a mais canônica delas foi a de Becker (1957) com a teoria das preferências diferenciais.

O modelo proposto pelo autor utiliza categorias neoclássicas apresentadas na seção anterior e mantém o foco da análise nos indivíduos racionais e maximizadores, e seus gostos. O fio condutor da teoria será a preferência por discriminar desses agentes na posição de empregadores, empregados, consumidores, etc., que para manter seu preconceito estão dispostos inclusive a “pagar”, em forma de perda de renda, em troca da utilidade ganha em não ter que se relacionar economicamente com indivíduos negros. Paixão apresenta a teoria:

[...] estes determinados agentes econômicos, de acordo com a sua escala de seletividade (ou, lido de modo invertido, na escala de sua aversão), estariam dispostos a sacrificar alguma utilidade ou retorno financeiro (na compra ou venda de um determinado bem ou serviço, no emprego de trabalhadores, etc.) em troca da possibilidade de se verem livres do contato com indivíduos que lhes são étnicos racialmente diferentes. Alternativamente, no caso destes mesmos agentes terem de se relacionar contra sua vontade com agentes econômicos de perfil distinto aos seus, estes cobrarão um determinado preço adicional para tanto (salário, margem de lucro, etc). (PAIXÃO, 2011, p.33)

Pensando pela ótica do empregador discriminador, sua utilidade dependerá do lucro da firma e sua proporção de empregados negros, existindo um grande *trade off* entre essas duas variáveis. De forma formalizada, essa utilidade será, então, função do lucro e do número de funcionários negros da firma.:

$$U = f(\pi, N)$$

Em que π representa o lucro, variável cuja utilidade marginal é positiva. Em outras palavras, um aumento do lucro varia a utilidade do empregador discriminador de forma

positiva. Já N representa a proporção de empregados negros da firma e varia sua utilidade negativamente, isto é, a variável tem utilidade marginal negativa.

Segundo Loureiro (2003), Becker supõe que trabalhadores brancos (B) e negros (N) são substitutos perfeitos e que a firma toma o preço como dado. O produto é uma função da mão-de-obra (L) que pode ser escrita como:

$$y = y(L) = y(B + N)$$

O problema da maximização do lucro do empregador discriminador será dado, então, pela seguinte função:

$$\pi = py(L) - w_B B - w_N N$$

Onde:

P = preço do produto

w_B = Salário real dos empregados negros

w_N = Salário real dos empregados brancos

O empregador teria, então, uma escala de seletividade que seria medida através de um coeficiente de discriminação d que assume valores de zero até mais infinito. Um $d=0$ representaria uma não distinção entre os trabalhadores.

Sendo assim, segundo Loureiro (2003) o empregador discriminador decide contratar se:

- $w_N (1 + d) < w_B$: contrata somente negros, desde que a intensidade de gostos por discriminação seja menor do que os custos.
- $w_N (1 + d) = w_B$: trabalhadores brancos e negros serão contratados, desde que a intensidade de gostos por discriminação seja igual aos custos.
- $w_N (1 + d) > w_B$: contrata somente brancos, desde que a intensidade de gostos por discriminação seja maior do que os custos.

De acordo com Borjas (1996), Becker supõe que a atitude discriminatória dos empregadores pode ser suprimida através da competição nos mercados.

[...] então a competição é a melhor aliada dos trabalhadores discriminados. Porque a livre entrada e saída das firmas asseguram que firmas que estão no mercado não estão tendo excesso de lucros, e o empregador discriminador tem que pagar com recursos de fora do seu lucro. Então, uma firma não discriminadora deveria poder eventualmente comprar todas as outras firmas no mercado. Como um resultado, a discriminação do empregador será eliminada em mercados competitivos. BORJAS (1996, apud LOUREIRO 2003, p.133).

Como enumerado no segundo parágrafo dessa seção, outros agentes podem ter preferências por discriminar: consumidores, empregados, vendedores, investidores, etc. Em todos os casos esse comportamento perderá espaço para a pressão da competição devido a diminuição do custo benefício em discriminar em mercados competitivos. Segundo Loureiro:

“O modelo de Becker diz que se um discriminador, operando em um mercado competitivo, tem preferência por discriminar, deve agir como se estivesse disposto a pagar alguma coisa por isso, para evitar a desutilidade de estar associado com certas pessoas. Desse modo, tem que pagar salários diferentes para trabalhadores igualmente produtivos, o que resulta em discriminação. Por outro lado, custos mais altos e pressões competitivas, eliminarão qualquer discriminação que eventualmente possa existir. Assim, mercados competitivos deveriam conduzir inevitavelmente a um declínio da discriminação.” (LOUREIRO, 2001, p.132)

Dessa forma, Becker aponta para uma não sustentabilidade do comportamento discriminatório ao nível do sistema econômico como um todo, mobilizando para tal a competição nos mercados. Como já citamos no início dessa seção, a explicação do modelo de Becker é baseada nos gostos e preferências dos indivíduos. O seu trabalho será fonte de inspiração para diversos autores que trataram a discriminação nos mercados, sobretudo o de trabalho. A próxima seção apresentará uma teoria feita por autores que também encontraram explicações para a discriminação nos mercados fora das categorias puramente econômicas.

1.3 - A assimetria dos mercados e a discriminação: a teoria da discriminação estatística

A teoria da discriminação estatística é fruto dos trabalhos de diversos autores. Dentre eles estariam Phelps (1972); Arrow (1972); Loury (1993); Blank *et al* (1996), Bonilla Silva (2002). Diferente das teorias apresentadas nas seções anteriores, esses autores irão movimentar o arcabouço da teoria keynesiana para explicar a questão da discriminação dos mercados. O foco da análise será, portanto, o conjunto dos mercados e o funcionamento do sistema econômico como um todo.

Como exposto na primeira seção deste capítulo, os indivíduos da teoria neoclássica estão sempre buscando a maximização de sua utilidade. Para isso, realizam cálculos de custo benefício para tomar decisões a todo momento. Isso se torna possível na medida em que os agentes obtivessem informações suficientes para nortear essas decisões:

Sem isto, ou seja, caso os agentes se vejam marcados por um ambiente no qual as informações obtidas sobre o mercado estejam incorretas e distorcidas, estes acabarão tomando decisões igualmente enviesadas. [...] eles tomarão decisões baseadas em expectativas irracionais. (PAIXÃO, 2016, p.13)

Os agentes irão, então, incorporar a incerteza causada pela falha na obtenção de informações sobre o mercado em sua tomada de decisões. Os resultados gerados dessas decisões podem ser benéficos para o retorno individual de alguns agentes e ao mesmo tempo serem destrutivas para o mercado como um todo. Paixão apresenta o seguinte exemplo:

Por exemplo, se um investidor tivesse motivos para acreditar que no futuro as pessoas não teriam dinheiro para comprar uma maior quantidade de bens que ele vende, ele adaptaria suas decisões financeiras à esta realidade. Neste caso ele não investiria nem na aquisição de maior quantidade de máquinas, matérias-primas, etc. nem na contratação de trabalhadores adicionais. Projetando esta decisão individual para o conjunto dos mercados, ao final, a demanda pelo conjunto de mercadorias e serviços disponíveis na totalidade dos mercados se esfriaria. Ou seja, como o conjunto dos agentes estaria submetido ao princípio das expectativas negativas, a profecia se autorealizaria e a economia poderia entrar em recessão. (PAIXÃO, 2016, p.13)

A teoria da discriminação estatística vai trazer essa lógica para o tema da discriminação dos mercados. Segundo seus autores, por haver assimetria de informação nos mercados, alguns agentes seriam criados com uma ideia negativa à respeito das qualidades de

alguns grupos étnico-raciais. Essas características ficariam na mente das pessoas ao longo da vida, o que impactaria em suas relações profissionais futuras. O resultado seria a esquiva a relacionar-se com indivíduos diferentes:

“Para o agente econômico discriminador, diante de quem não lhe seria igual, valeria o princípio da maior probabilidade de que a pessoa diferente não portaria as qualidades necessárias para ser a mais indicada em diferentes planos da vida econômica (contratação, promoção, compra, venda, etc.).” (PAIXÃO, 2016, p.14)

Seguindo as ideias de Paixão, essa teoria encontra espaço tanto em mercados oligopolizados quanto nos mais competitivos, devido à sua explicação para a discriminação nos mercados. Para que haja indivíduos discriminadores basta haver falhas na transmissão das informações relevantes na formação das suas escolhas. O comportamento discriminador é explicado, portanto, com a movimentação de variáveis oriundas da própria economia. Nesse sentido, essa teoria difere daquelas que foram apresentadas nas duas seções anteriores.

1.4- O modelo de Akerlof e Kranton e a inserção de uma nova variável: a identidade

De acordo com Brites *et al* (2016) o conceito de identidade é muito discutido em diversas ciências sociais. Devido à sua complexidade, é um conceito de difícil definição e possui múltiplas interpretações que podem conferir-lhe maior ou menor amplitude. Dentro da ciência econômica alguns autores buscaram suas próprias concepções de identidade a fim de entender melhor a sociedade e os indivíduos que a formam:

O modelo neoclássico de Akerlof e Kranton (2000) incorpora a identidade na função de utilidade, que expande a análise do *mainstream*. Sen (2002b), por outro lado, transforma a abordagem neoclássica por reformular a teoria do comportamento do indivíduo, via incorporação do conceito de *commitment*, que relaciona os indivíduos com os grupos sociais. A abordagem de Davis das identidades parte da análise filosófica e ontológica, que aborda níveis sociais, individuais e pessoais. (BRITES *et al*, 2016, p.2)

Nesta seção apresentaremos com mais detalhes o conceito de identidade dos economistas George Arthur Akerlof e Rachel Kranton. Assim como em Becker (1957), a análise parte dos indivíduos, suas preferências e como estas afetam sua utilidade. O

modelo construído pelos autores, porém, insere a identidade como variável também fundamental na definição dessa utilidade:

A identidade é incorporada na função de utilidade como uma motivação para o comportamento dos indivíduos (Akerlof e Kranton, 2000). Na função de utilidade, a identidade é baseada em categorias sociais, por exemplo, “homem” e “mulher”, caracterizadas pelas prescrições, que mostram qual deve ser o comportamento apropriado para os indivíduos (a mulher é feminina e usa vestido, o homem é másculo e não usa vestido). (BRITES *et al*, 2016, p.5)

A aplicação do instrumental da teoria dos jogos no modelo será primordial para encontrar respostas para diversas questões da economia, inclusive a discriminação nos mercados:

Para Akerlof e Kranton (2000; 2002) com a introdução da identidade em um modelo econômico de comportamento, a partir da teoria dos jogos, é possível explicar fenômenos que a economia atual não consegue captar, como questões de pobreza, oferta de trabalho, escolarização e gênero. (BRITES *et al*, 2016, p.2)

Para Akerlof e Kranton a percepção dos indivíduos de si e daqueles que os rodeiam será fundamental no cálculo de sua utilidade.⁵ Estes devem guiar suas ações de acordo com as prescrições da sociedade para a categoria social em que estão inseridos. O não cumprimento dessas recomendações provoca ansiedade, causando diminuição na utilidade desses indivíduos:

Para Akerlof e Kranton (2000), o indivíduo compartilha valores (prescrições) por meio do processo de identificação com os outros, que são manifestados através das suas ações, que devem estar em conformidade com algumas pessoas e em divergência com outras. A interação dos indivíduos com os outros pode implicar a violação de regras, ou seja, os indivíduos agindo contra as prescrições da sua categoria social. Isso gera sentimentos de ansiedade ou dissonância cognitiva, que representa uma consequência de quando os indivíduos se veem falhando em certa categoria social. No modelo, essa ansiedade ou dissonância cognitiva é interpretada como perda de utilidade, de modo que a maximização da utilidade é dada pela minimização desses sentimentos. (BRITES *et al*, 2016, p.6)

⁵“Na visão de Akerlof e Kranton (2002; 2005), a incorporação da identidade é uma ruptura com a economia mainstream” (BRITES *et al*, 2016, p.5)

Os indivíduos interagem no modelo por meio de jogos⁶. Isso se torna necessário quando alguns indivíduos agem contrariamente as prescrições de seu grupo social. “O objetivo desse jogo é garantir o comportamento considerado padrão de todos os indivíduos desse grupo, para reduzir a ansiedade gerada devido ao comportamento “inadequado” dos demais indivíduos”(DAVIS, 2007; 2011 apud BRITES et al, 2016, p.6). As identidades variam de acordo com o tempo e o contexto em que os indivíduos se encontram, fazendo com que haja múltiplos jogos na população.

Segundo Akerlof e Kranton (2000), a identidade impacta as ações dos indivíduos em quatro instâncias. A primeira delas seria em sua autoimagem. Ao se identificar em um conjunto de categorias sociais, os agentes se sentem impelidos a agir de acordo com as recomendações que as correspondem. Caso não consigam, há um efeito negativo em sua autopercepção com diminuição de seu *payoff*. Esse efeito ocasiona um desconforto que pode culminar, inclusive, em automutilações. Os autores trazem como exemplo algumas questões de gênero no mercado de trabalho. Homens e mulheres podem se sentir desconfortáveis na execução de atividades não “destinadas” ao seu respectivo gênero:

Mulheres que exercem as ocupações “destinadas” aos homens, como a advocacia ou a Marinha, alteram o seu comportamento para serem aceitas na profissão, assim como ocorre com os homens que optam por serem enfermeiros, profissão “destinada” apenas as mulheres. (AKERLOF E KRANTON 2000, apud BRITES et al, 2016, p.9).

A segunda instância diz respeito às ações alheias. Os autores acreditam que a não adequação dos indivíduos às suas prescrições gera externalidades negativas nos demais indivíduos de seu grupo social, afetando a autopercepção destes. Seguindo o exemplo anterior, mulheres que ocupam posições “inadequadas” para o seu gênero podem diminuir a autoimagem dos seus colegas de trabalho, causando-lhes desconforto:

No segundo caso, as pessoas têm *payoffs* relacionados com a identidade das ações dos outros. Por exemplo, uma mulher que trabalha na ocupação de homem pode fazer com que os colegas do sexo masculino tenham sua autoimagem diminuída. A fim de minimizar esse sentimento, os homens podem agir com o objetivo de consolidar a sua masculinidade, isto é, agem contra as colegas de

⁶ Nesse sentido entende-se “jogos” assim como em FIANI (2009): “Situações que envolvam interações entre agentes racionais que se comportam estrategicamente podem ser analisadas *formalmente* como um jogo.” (FIANI, 2009, p.12).

trabalho (AKERLOF E KRANTON 2000, apud BRITES *et al*, 2016, p.9).

Dentro do modelo, os indivíduos poderiam escolher, de forma limitada, a identidade que irão exercer, impactando diretamente no seu comportamento. Em alguns casos, no entanto, essa escolha seria restrita “como em sociedades com categorias raciais e/ou étnicas, que limita a escolha da identidade dos indivíduos que não possuem prescrições físicas adequadas.” (AKERLOF E KRANTON 2000, apud BRITES *et al* 2016, p.9).

Por fim, a ação dos indivíduos também é afetada pela sociedade, capaz de alterar categorias sociais e as identidades associadas à elas. Dentro desse contexto, diversas instituições podem ser influenciadoras dessas identidades:

A publicidade é uma tentativa de manipular as prescrições, bem como as escolas técnicas e universidades, que tendem a moldar o comportamento dos estudantes via alteração de suas identidades [...] além disso, Akerlof e Kranton (2000) citam a identidade política, da qual líderes políticos procuram mudar as preferências da população via alteração da sua identidade ou prescrições. Alguns líderes discursam a fim de fomentar divisões raciais e étnicas, que transformam a autoimagem dos indivíduos. (BRITES *et al* 2016, p.9)

A inserção da variável identidade no cálculo da utilidade dos indivíduos permitiu que o modelo de Akerlof e Kranton dialogasse com várias questões da economia e da sociedade como um todo. Dentro delas estava a questão da discriminação nos mercados. Segundo a lógica dos autores, os indivíduos discriminadores poderiam estar agindo para minimizar a ansiedade oriunda da não adequação dos demais indivíduos a sua respectiva categoria social (gênero, cor, classe social, entre outros). Identidade essa que pode ser forjada por instituições como a mídia, as escolas e as universidades, capazes de alterar as percepções dos indivíduos sobre si e sobre os demais.

Assim como em Becker (1957) foram mobilizados conceitos não oriundos da ciência econômica para entender o tema da discriminação. A próxima seção apresenta uma teoria que levanta dentro da própria economia explicações para a discriminação nos mercados.

1.5 – Conclusão

Neste capítulo trouxemos uma breve revisão bibliográfica sobre algumas explicações para o comportamento discriminador nos mercados dentro da ciência econômica. Longe de querer esgotar as discussões de Becker (1957), de Akerlof e Kranton (2000) e dos autores da teoria da discriminação estatística, o objetivo do primeiro capítulo deste trabalho foi tecer uma base teórica que permitisse um melhor entendimento das relações de raça e gênero do mercado de trabalho brasileiro.

Cada uma das teorias contribui, portanto, para esta base de forma distinta. O trabalho de Becker (1957), o primeiro a buscar explicações para o comportamento discriminador na economia, foi responsável por inserir o gosto por discriminar como uma das preferências que afetam a utilidade dos agentes econômicos. Já Akerlof e Kranton (2000) embora não tivessem como foco principal a discriminação nos mercados, contribuíram bastante com explicações para o tema. Seu papel foi o de inserir uma nova variável que se somaria as preferências do indivíduo no cálculo de sua utilidade: a identidade. A discriminação nos mercados não ocorreria pela preferência dos indivíduos por discriminar, mas sim para “proteção” da sua autoimagem dada as prescrições da sociedade para determinado grupo social. Por fim, os autores da discriminação estatística se utilizam do arcabouço teórico keynesiano para explicar o tema. Segundo eles, a falha de obtenção de informações nos mercados causa distorções na imagem de alguns grupos étnicos e raciais e sua consequente discriminação no mercado de trabalho.

No capítulo a seguir, será apresentado o processo de distorção da imagem e da autoimagem da população negra, sobretudo da mulher negra, na história brasileira. Esse movimento fomentou a falta de oportunidade dessa população após sua emancipação da condição de escravos, gerando repercussões em seus indicadores do mercado de trabalho que perduram até os dias atuais.

Capítulo II – A discriminação racial no Brasil refletida no mercado de trabalho

II.1 – Introdução

O segundo capítulo desse trabalho será um espaço para a compreensão da construção das relações raciais no Brasil ao longo de sua história. Sem pretensões de findar um tema tão abrangente, o foco de análise da primeira seção do capítulo (II.2) será a formação da percepção (e autopercepção) da população negra, na sociedade brasileira após a abolição da escravidão. Para tal, será necessária a movimentação dos trabalhos de Furtado (1959), Monteiro (2001) e Paixão (2013).

A seção seguinte (II.3) será responsável por apresentar como essas percepções se desenvolveram ao longo do século XX a partir do mito da democracia racial. Para tal, fez-se necessária uma breve apresentação das teorias de alguns autores da tradição da antropologia culturalista. Parte-se, então, para uma discussão específica sobre a identidade da mulher negra frente ao caráter ambíguo das relações raciais brasileiras.

A última seção (II.4) será destinada à análise de alguns dados do mercado de trabalho brasileiro à luz das contribuições teóricas e históricas expostas no primeiro capítulo e nas seções anteriores do presente capítulo.

II.2 - O fim da escravidão e a distorção da percepção sobre o negro na sociedade brasileira.

Como sabido, o Brasil viveu por alguns séculos utilizando mão-de-obra escrava africana. Tendo seu início nas primeiras décadas do período colonial, o fim do sistema escravista se deu no ano de 1888, sessenta e seis anos após o país se tornar um império independente. Durante esse período, a reposição e ampliação do número de escravos africanos era dada primordialmente pelo tráfico transatlântico dessa mão-de-obra. Em oposição ao modelo norte-americano que optou pelo crescimento vegetativo da população negra, aqui se importou por séculos uma vultosa quantidade de cativos:

É interessante observar a evolução diversa que teve o estoque de escravos nos dois principais países escravistas do continente: Os EUA e o Brasil. Ambos começaram o século XIX com um estoque de aproximadamente 1 milhão de escravos. As importações brasileiras, no correr do século, foram cerca de três vezes maiores do que as norte-americanas. Sem embargo, ao iniciar-se a Guerra de Secessão, os EUA tinham uma força de trabalho escrava de cerca de 4 milhões, e o Brasil, na mesma época, algo como 1,5 milhão. A explicação desse fenômeno está na elevada taxa de crescimento vegetativo da população escrava norte-americana [...] (FURTADO, 2007 [1959], P.173;174)

Segundo Monteiro (2001), o desenvolvimento do capitalismo internacional no século XIX pressionou o tráfico de escravos para o seu fim, tornando-o cada vez mais complicado e caro. As elites brasileiras (políticas e agrárias) começaram, então, a buscar alternativas para a mão de obra negra do país. Apesar de alguns insucessos anteriores, a imigração europeia foi cada vez mais considerada, dentre as demais opções disponíveis, como uma boa opção para o problema. A partir da segunda metade do século, as pressões internacionais para o fim do tráfico se intensificaram e o mesmo aconteceu com o fluxo de imigrantes. A importação de trabalhadores assalariados europeus, sobretudo italianos, foi efetivamente a solução vencedora para o fim do tráfico de escravos.

A escolha se justificava pela necessidade, presente no ideal das elites brasileiras, do branqueamento da população do país e, por conseguinte, do seu mercado de trabalho. Marinho de Azevedo (1987) apresenta três fatos que combinados fundamentariam esse ideal:

- i) medo por parte da elite paulista (inclusive a do Oeste Paulista), com o crescente levante e manifestações de rebeldia dos escravos, máxime, a partir da década de 1860, quando o sistema escravista começou a se decompor moralmente e houve um aumento da venda de escravos do Nordeste para o Sudeste [...];
- ii) receio quanto ao grau de adesão à ordem social, rigidamente estratificada, por parte dos libertos e dos futuros alforriados (após a abolição), bem como a existência de um certo temor quanto a possíveis ações coletivas visando a indenização pelos danos causados pelo sistema escravista;
- iii) adesão por parte dessa mesma elite ao ideário racista então hegemônico na Europa que os levaram a julgar improvável que os descendentes dos escravos pudessem vir se incorporar produtivamente ao novo regime de trabalho e que o país pudesse se desenvolver em sendo formado por uma rala de mestiços e negros. (PAIXÃO 2013, p.297)

Essa mistura de ojeriza e medo levou as elites brasileiras a decidirem pela não incorporação da mão-de-obra negra no mercado de trabalho nascente. “Em suma, o Brasil teria que ser capitalista e branco.” (MONTEIRO, 2001, p.50). Essa população de negras e negros livres e recém-libertos se viu, portanto, às margens da formalidade, assim como apresenta Paixão:

Por esse motivo, e não motivado por uma incapacidade cultural e biológica inata; a população descendente dos antigos escravos, após a abolição; viu-se à *margem da história da república*, tanto no meio urbano, como no meio rural. Nas cidades os negros foram largados à penúria gerada pelo subemprego e pela falta de assistência social, sanitária e educacional. No campo, mormente nas áreas estagnadas da nação (Norte e Nordeste), essa mesma população permaneceria submetida às práticas de contratação da força de trabalho fundada em condições semiservis. (PAIXÃO, 2013, p.297)

Essa realidade a qual negros e negras foram submetidos ao fim de sua condição de cativos foi justificada, em âmbito nacional e internacional, pela sua suposta inferioridade técnica (inata). Segundo Monteiro (2001), alguns estrangeiros influentes escreveram sobre suas viagens ao Brasil. O francês Pierre Denis, por exemplo, publicou em 1909 os relatos de sua vinda ao país. Dedicou um de seus capítulos às “populações negras” as quais eram, segundo ele, “indolentes aludindo às irregularidades do trabalhador negro”. Ele escreve ainda que seria “irrefutável a inferioridade econômica e moral da população negra no Brasil”. (DENIS, 1909, apud MONTEIRO, 2001, p. 48)

Essas afirmações baseavam-se em teorias racistas vindas da Europa, terceiro fator elencado por Marinho de Azevedo (1987), apresentado nos parágrafos anteriores. A importação dessas teorias pelas elites brasileiras será um elemento chave para a construção da identidade da população negra no Brasil. Ancorando-se na superioridade biológica da raça ariana sobre as demais, atribuíam ao atraso do desenvolvimento brasileiro a forte presença de negros e mestiços (de africanos e indígenas) no país:

Os defensores do arianismo, que na época pretendiam colocar todas as demais raças nos porões e nos guetos da humanidade, argumentavam também que a miscigenação racial e o clima dos trópicos eram os responsáveis pelo atraso do Brasil. Porém, a solução final para todos os problemas enfrentados pelo Brasil do século XIX, XX e as seguintes, segundo esses defensores, seria exterminar a raça negra e seus descendentes do território brasileiro. (MONTEIRO, 2001, p.47)

A incorporação desses ideais, segundo Paixão (2016), não se fez por completo, sendo estes adaptados à realidade do país. Distanciando-se da postura norte-americana

segregacionista, as elites brasileiras acreditavam que a miscigenação seria capaz de absorver, no longo prazo, as raças inferiores. “Seria essa, a nossa via rumo ao desenvolvimento e à civilização. Tal como nas palavras de Theodore Roosevelt, a nossa solução para o *problema negro*.” (PAIXÃO, 2013, p.299, grifos do autor). Nas palavras de Sílvio Romero:

a obra de transformações das raças entre nós ainda está longe de [ser] completa e ter dado todos os resultados. Ainda existem os três povos distintos em face uns dos outros; ainda existem brancos, índios e negros puros. Só nos séculos que nos hão de seguir a assimilação se completará. O que se diz das raças deve-se repetir nas crenças e tradições. A extinção do tráfico africano cortando-nos um grande manancial de misérias, limitou a concorrência preta; a extinção gradual do caboclo vai também concentrando a fonte índia; o branco deve ficar dentro em pouco com a preponderância absoluta no número, como já a tem nas ideias. (ROMERO, 1997 [1888], p.39, apud Paixão 2013, p.300)

Essa solução pautava-se na crença, segundo o autor, da superioridade genética da raça branca (civilizada e superior), sobre negros e indígenas (semibárbaros inferiores). “[...] haveria, no processo de competição no útero das mães, uma maior competitividade do material genético caucasiano que, assim, terminaria prevalecendo. (PAIXÃO, 2013, p.299). Esse processo de branqueamento levaria o país ao progresso, permitindo-o aproveitar todas as suas potencialidades.

Portanto, a interpretação brasileira das teorias racistas europeias, embora possua um caráter otimista e assimilacionista, é igualmente baseada na inferioridade das raças negra e indígena. A consolidação desses ideais entre as elites brasileiras eurodescendentes deu origem a uma forte campanha pelo branqueamento no país, assim como apresenta Moura:

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí se coloca o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só tinha um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada (MOURA, 1888, p.79 *apud* Monteiro, 2001, p.39)

O período que sucedeu o fim da escravidão foi, portanto, marcado pela construção de uma imagem bastante negativa dos trabalhadores negros e negras na sociedade brasileira. Essa imagem, em consonância com Monteiro (2001), foi capaz de alijar o negro daquilo que não fosse merecedor segundo o julgamento das elites brasileiras. Dentro desse contexto, a população negra teve a sua identidade, tal como descrita na seção I.3, forjada por diversas instituições da sociedade. “Esta situação contribuiu e contribui, para quebrar a autoestima das pessoas negras pela difusão de estereótipos na sociedade e na cultura através dos meios de comunicação de massa das relações interpessoais, dos livros didáticos, das piadas racistas e etc.” (MONTEIRO, 2001, p.39)

Assim, houve um forte impacto nas percepções sobre negros e negras livres ou recém libertos, sobretudo em sua autopercepção. Esse fato, somado à falta de oportunidades que lhes foi dada, foi um forte desestímulo para que criassem ou mantivessem seus empreendimentos. A imagem da população negra na sociedade brasileira não era empreendedora, como observa Monteiro (2001):

Apoiadas não apenas em argumentos econômicos, técnicos e profissionais, mas principalmente em teorias racistas e pseudocientíficas vigentes, sobretudo entre 1870 e 1920, as quais apregoavam a superioridade da raça ariana sobre as demais raças, especialmente a negra, essas elites elegeram como objetivo nacional transformar o Brasil em um país capitalista e branco. Era a ideologia do “embranquecimento” do Brasil, praticada através da promoção e do apoio massivo à entrada de imigrantes de diversos países europeus. Os negros livres, artesãos e pequenos empreendedores que exerciam suas atividades, principalmente nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, embriões das futuras empresas capitalistas de afro-brasileiros, foram não apenas deslocados das atividades mais qualificadas, como também foram sendo colocados em regiões mais distantes dos centros urbanos onde as dificuldades eram maiores até para comercialização das mercadorias produzidas. Ou seja, todo um mecanismo visando à inibição das atividades econômicas precedentes da comunidade afro-brasileira foi colocado em prática com graves consequências para essa comunidade. Seus membros eram requeridos pela sociedade da época apenas como escravos, ex escravos e massa de mão-de-obra barata e desvalorizada em todos os sentidos. Empreender, jamais! (MONTEIRO, 2001, p.24)

Destarte, a escolha pela não incorporação da mão-de-obra negra pós emancipação da escravidão tem dois efeitos principais. O primeiro deles é a resultante falta de oportunidades no mercado para ex-escravos e seus descendentes, relegando-os ao mercado informal e ao subemprego. O segundo efeito diz respeito à formação da

identidade do trabalhador negro em termos técnicos e comportamentais. Esta seria fundamentada nas teorias racistas hegemônicas na Europa no século XIX com as devidas adaptações à realidade das relações raciais brasileiras. Nesse contexto, a população negra estaria fadada às piores posições no mercado de trabalho e no longo prazo ao total desaparecimento através do processo de miscigenação. Na próxima seção apresentaremos como essa visão sobre o negro se atualizou ao longo do século XX.

II.3 - A construção das relações raciais brasileiras ao longo do século XX: o mito da democracia racial e a identidade da mulher negra.

Como visto na seção anterior, após a emancipação da escravidão foi estabelecida uma imagem social bastante negativa sobre o trabalhador negro. O padrão das relações raciais construído ao longo do século XX foi, contudo, um emaranhado complexo. Este se sustenta por um lado no reconhecimento das influências negra e indígena na formação cultural brasileira e por outro em sua clara marginalização na sociedade. Essa dualidade se dá pelo perfil assimilacionista das relações raciais brasileiras.

Um dos trabalhos mais canônicos no estudo dessas relações foi o de Nogueira (1998) [1955]⁷. O autor, de tradição culturalista⁸, contrasta a relação entre brancos e negros nos dois principais países do Hemisfério americano: o Brasil e os EUA. A experiência norte-americana será denominada como “preconceito de origem”. Isso porque este é pautado na origem racial do indivíduo e a presença de um ascendente negro acarreta em sua segregação do convívio com a população branca. Já a experiência brasileira é chamada de “preconceito de cor” ou “preconceito de marca”. Esta tem por característica “ [...] não implicar uma exclusão ou segregação incondicional dos membros do grupo discriminado, e sim uma preterição dos membros quando em competição, em igualdade de condições, com indivíduos do grupo discriminador. ” (NOGUEIRA, 1998 [1955], p.243).

⁷ O autor faz uma análise do município de Itapetininga nos anos 1940. A partir desta, Nogueira desenvolveu conceitos capazes de dar maior entendimento as relações raciais brasileiras existentes no país.

⁸ A tradição culturalista é uma vertente da antropologia, bastante pujante nos EUA entre as décadas de 1930 e 1950. Segundo Paixão (2013) o Brasil possivelmente foi o país que mais mobilizou o instrumental dessa tradição.

Dentro dessa lógica, os indivíduos serão avaliados, pelos demais e por si mesmos, de acordo com uma escala que envolve sua cor e seus diversos traços fenotípicos:

A variedade de combinações de traços que pode ir do preto “retinto”, de cabelos encarapinhados, ao branco de cabelos finos e loiros, uma vez posto de lado o critério de origem, faz com que os limites entre as diversas categorias – brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos – sejam indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa. (NOGUEIRA, 1998 [1955], p.243)

Dentro desse contexto, “o preconceito racial de marca guardaria um forte componente situacional. Isso envolve duas dimensões” (PAIXÃO, 2013, p.285). A primeira delas é a possibilidade de ascendência social para os mestiços cujos traços fenotípicos africanos não sejam tão pujantes. Paixão aponta dois possíveis caminhos para tal mobilidade:

De um lado, com a alteração de determinados traços físicos, tais como alisamento de cabelo, uso de cosméticos ou mesmo a realização de operações plásticas para modificações de determinadas partes do rosto. Por outro lado, através de câmbios em determinados costumes que engloba a mudança de local de residência, seleção mais rigorosa dos tipos humanos que frequentarão seus círculos íntimos de relacionamentos, adesão e/ou abandono de determinados grupos religiosos, clubes, hábitos de consumo e lazer. (PAIXÃO, 2013, p.285)

Neste ponto, vale salientar a consonância do primeiro mecanismo de ascensão social com a primeira instância em que a identidade pode impactar o comportamento dos indivíduos segundo Akerlof e Kranton (2000). Na busca de atenderem as prescrições estéticas do grupo social branco, alguns mestiços (e sobretudo algumas mestiças) seriam capazes de automutilar-se. O alisamento dos cabelos, o uso de cosméticos e as operações plásticas citadas por Paixão (2016) seriam alguns dos possíveis instrumentos dessa automutilação.

A segunda dimensão apresentada pelo autor seria a possibilidade de contato simpático entre brancos e negros. Esse contato poderia se revelar de diversas formas, dentre elas: empatia, consideração, coleguismo, amizade e, no limite, relações afetivas. Nesse cenário, os indivíduos buscariam evitar identificar os demais e a si mesmos como negros, demonstrando a ambiguidade das relações raciais brasileiras.

O entendimento das relações raciais brasileiras tal como fez Oracy Nogueira será norteador para diversas obras posteriores à sua, direta ou indiretamente. Paixão (2013) apresenta os principais pontos de algumas destas. Faremos a seguir uma breve exibição das obras de dois autores, influenciados em alguma instância por Nogueira: Lívio Sansone (1998) e Roberto DaMatta (1981).

Sansone (1998 [1996]) desenvolveu um estudo sobre o Município de Salvador-BA nos anos 1990. Para o autor as relações raciais ocorreriam em dois tipos-ideais de espaços: as áreas moles e as áreas duras. As primeiras corresponderiam aos espaços de lazer: “em particular o botequim, o dominó, o baba, o bate-papo com os vizinhos na esquina, o sambão, o carnaval, o São João [...] e naturalmente a própria turma – grupo de ‘iguais’ com as quais se compartilha boa parte do lazer em público.” (PAIXÃO, 2013, p.287).

Quanto às áreas duras, estas dizem respeito ao mercado de trabalho, o mercado matrimonial (e da paquera) e o contato com a polícia. De acordo com Paixão (2013), o modelo de Sansone atribui um saldo positivo ao caráter assimilacionista das relações raciais brasileiras. O modelo abre espaço, contudo, para a discussão sobre os nossos “abismos sócio-raciais”. A esse respeito, apresentaremos alguns indicadores do mercado de trabalho brasileiro na seção II.3.

Roberto DaMatta (1981) será um dos autores, dentro do aporte culturalista, a movimentar o mito das três raças⁹ (branca-portuguesa, indígena e africana). Seguindo essa lógica, os indivíduos seriam enquadrados na sociedade dentro de uma dessas categorias ou na posição de mestiço (derivado daquelas matrizes). Esse padrão revelaria o caráter inclusivo e assimilacionista das relações raciais brasileiras. “De todo modo, em nosso país, cada um dos integrantes da nacionalidade pertenceria a uma mesma totalidade social e cultural, afinal de contas, brasileira.” (PAIXÃO, 2013, p.288). Da Matta, reconhece, todavia, que a sociedade brasileira, ainda que assimilacionista, produz e legitima hierarquias sociais. Assim como em Nogueira (1998), essas hierarquias seguiriam o *continuum* de cores que iriam do branco “puro” ao negro “puro”, sendo os últimos a base da pirâmide social.

⁹ A origem do mito data da metade do século XIX com o naturalista alemão Carl F. P. Von Martius (vencedor do primeiro concurso de monografias do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: IHGB). O argumento central do estudo correspondia ao ideal do povo brasileiro como sendo produto do cruzamento de três raças, branca-portuguesa, indígena e africana (MONTEIRO, 1998, apud Paixão, 2013, p.287)

A posição de brancos, mestiços e negros dentro da pirâmide social brasileira vai ser, diversas vezes naturalizada. Isto acarretaria na identificação de papéis próprios para cada um destes dentro da sociedade brasileira. Mais uma vez a ambiguidade dessas relações permitirão a convivência entre seu caráter assimilacionista e, ao mesmo tempo, hierárquico:

Destarte, esse modelo, que teria sido criado no período escravista, foi se atualizando até os dias atuais fazendo com que hoje a perspectiva inclusiva, somos todos brasileiros, conviva com uma igualmente forte tradição hierarquizadora das relações sociais e raciais que termina naturalizando o papel de cada grupo racial no interior da pirâmide social. (PAIXÃO, 2013, p.288).

A manutenção dos indivíduos nos papéis que lhe cabem é o elo capaz de preservar o caráter harmônico das relações raciais brasileiras. Nesse sentido, à luz das teorias apresentadas na seção I.3, à medida que os indivíduos negros se mantenham em suas posições de subordinação, os indivíduos brancos não se sentirão afetados pela contestação de seu próprio papel no topo da pirâmide social.

A despeito dessa realidade, a tradição do pensamento social brasileiro se ancora no ideal da flexibilidade das relações raciais do país. Nesse contexto, será fundamental o emprego do mito da democracia racial. Segundo este mito, o preconceito racial no Brasil seria pouco pujante ou inexistente. Isso porque a identidade do “povo brasileiro” se dá pelo convívio com o diferente e pela sua aceitação e assimilação nos meios sociais, inclusive na família. A forte miscigenação existente no país seria prova cabal dessa tal democracia:

Na verdade, o mito da democracia damattiano das três raças é uma das derivações do mito principal que vem a ser o da democracia racial. Na nossa sociedade, diria o mito, o racismo e o preconceito contra os negros seriam inexistentes ou de baixa intensidade. Em grande medida isso seria favorecido pela miscigenação e o correspondente contínuo de cores que, penetrando mesmo no interior das famílias, impediria modalidades mais gritantes de intolerância racial e segregação. (PAIXÃO, 2013, p.289)

A matriz culturalista do pensamento social brasileiro será como um todo fundamental para a construção do mito da democracia racial. As ideias de um autor em especial serão, no entanto, de suma importância: Gilberto Freyre. O autor, dono de uma vasta e

longa obra, foi influenciado por autores culturalistas precedentes como Arthur Ramos e Silvio Romero. Todavia, Freyre foi, de certo modo, inovador em relação aos demais. “Essa inovação reside no fato de ter valorizado as matrizes genéticas e os hábitos culturais originários que formavam o povo brasileiro [...] Dessa forma, antes que o repúdio ou a vergonha, o povo brasileiro deveria se orgulhar de suas origens.” (PAIXÃO 2013, p.121)

Ao analisar o período colonial brasileiro em *Casa-grande & senzala* (1933), um de seus livros mais canônicos, o autor irá ancorar-se na ideia do povo brasileiro como formado pelas três raças: portuguesa, negra e indígena. Os portugueses na posição de colonizadores, assumiram o topo da pirâmide social através da dominação das demais raças. Essa dominação não teve, entretanto, um cunho de repudia racial semelhante ao ocorrido nas experiências dos demais colonizadores europeus:

Devido a fatores históricos, ecológicos e culturais, ao contrário do colonizador inglês, holandês, francês e, em alguma medida, espanhol, os lusitanos teriam sido um povo especialmente aberto para o convívio amistoso com os povos subjugados de outras raças e etnias [...] Ou seja, caracterizaria a área de domínio da colonização lusitana num perfil assimilacionista. (PAIXÃO 2013, p.301)

A maior abertura dos lusitanos teria resultado na construção de relações controversas de subordinação, controle e paternalismo. Estas seriam contrastantes com o modelo de colonização anglo-saxão, especialmente o vivido pelos EUA. Como consequência dessa abertura, estaria a forte miscigenação do povo brasileiro. Esta originava-se das frequentes relações sexuais entre homens portugueses e mulheres negras e índias. Ademais, se faz preciso citar o sempre presente intercâmbio cultural entre dominador e dominado.

Segundo Paixão, portanto, será em *Casa-grande & senzala* que residirá as bases do mito da democracia racial baseado na clara influência das três raças no processo de fundação do povo brasileiro. Nas palavras do próprio Freyre: “todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma ou no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro.” (FREYRE, 1987 [1933], p.283, *apud* Paixão 2013, p.302). A influência negra pode ser ilustrada em vários momentos do dia-a-dia da vida colonial:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão do bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho de e de mal-assombrado. Da mulata que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso companheiro de brinquedo. (FREYRE, 1987 [1933], p.283, *apud* Paixão 2013, p.122).

Não sendo o objetivo desse trabalho o esgotamento da obra de Freyre e as controvérsias que daí se levantaram, nosso foco será ressaltar o papel de subordinação das mulheres negras no processo de miscigenação, durante os séculos de colonização portuguesa e depois dela. Freyre (1933) narra na passagem acima a atração do homem branco pelas mulheres negras e sobretudo mestiças. Não obstante seja um fato que no Brasil havia interações inter-raciais, estas se restringiam ao plano sexual. Este era o lugar permitido à mulher negra. Nas palavras do próprio autor: “Com relação ao Brasil, que diga o ditado: Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (FREYRE, 1933, p.48). Aparentemente, portanto, a miscigenação não deu origem a uma sociedade tão inclusiva e assimilacionista quanto o mito fazia parecer. Corroborando essa ideia, Paixão escreve:

“Roger Bastide (1971 [1955]), comentando o intercuro sexual na época das *Casas-Grandes*, já havia alertado para o equívoco de se confundir com ausência de preconceito racial a mera atração física dos homens do grupo racial dominador em relação às mulheres dos grupos raciais subordinados. Isso pode ser comprovado pelo fato de que dificilmente essas relações transcendiam o estrito plano do contrato sexual em direção ao estabelecimento de relações estáveis.” (PAIXÃO, 2013, p.293)

Sem a pretensão de esgotar a densa história brasileira e a sua relação com a construção das relações raciais brasileiras, apresentamos nessa seção a forte presença da antropologia culturalista nesse processo. Com a contribuição de diversos autores, foi construído um ideal das relações entre negros e brancos no Brasil como assimilacionista e flexível. Em comparação a outros países, sobretudo aos EUA, o preconceito racial no

Brasil não seria tão pujante. Para que essas relações harmoniosas se mantenham de forma plena, contudo, é necessário que os indivíduos respeitem o seu papel dentro da pirâmide social brasileira. Nesse contexto, o papel do negro, seria o de subordinação, sobretudo no mercado de trabalho. A contestação desses papéis pode gerar conflito entre os indivíduos. O reforço desses papéis, como ilustrado na seção II.1, se dá através dos meios de comunicação, de piadas e ditados da linguagem coloquial, dos livros didáticos, entre outros. Nesse sentido, o livro didático tem um papel primordial pois faz parte da formação dos indivíduos e de sua cidadania desde a infância. Estes são capazes, portanto, de causar assimetrias de informação, tal como descrito na seção I.4. A esse respeito, Monteiro (2001) cita a obra de Figueira (1990):

A mulher negra é com frequência apresentada de avental e lenço na cabeça; de outras vezes, aparece empunhando trouxas de roupa suja. Mas a mulher branca é apresentada com vestidos, saias e blusas, enfim, roupas de passeio e não de trabalho. Aos homens negros é reservado o lugar de trabalhador rural, lixeiro, operário de construção civil etc. Em síntese, as profissões dos negros – homens ou mulheres – estão relacionadas aos mais baixos níveis da hierarquia ocupacional. Como corolário, personagens negras são descritas como provenientes do meio rural, pobre, dando a ideia de subdesenvolvimento [...] Não há atualização do negro: ele representa mais fortemente a escravidão do que o trabalho livre. Assim, incute-se na mente do jovem a ideia de supremacia do branco também no mercado de trabalho, uma vez que, por exclusão, é ele que se ocupa das profissões não subalternas. Com efeito, nos textos e ilustrações, médicos, engenheiros e advogados são monotamente brancos.” (FIGUEIRA 1990, p.69,70 *apud* Monteiro 2001, p.60)

A partir da base teórica e histórica que construímos até aqui, iremos analisar, na próxima seção, alguns indicadores do mercado de trabalho brasileiro da última década.

II.4 - O mercado de trabalho da última década para homens e mulheres negros.

Ao longo das seções anteriores apresentamos a construção da identidade da mão-de-obra negra após a emancipação da escravidão e como a partir daí se construiu as relações raciais brasileiras ao longo do século XX. Nesse processo, fomentou-se uma imagem bastante depreciativa do trabalhador negro, afetando inclusive a sua autoimagem. Esse cenário somado à falta de oportunidades de qualificação acadêmica e profissional, resultará em disparidades nos indicadores sociais de homens e mulheres

negras que perduram até os dias atuais. Gonzalez e Hasenbalg escrevem, no fim do século XX, a esse respeito:

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado: ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição de baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.98, *apud* Monteiro, 2001, p.27)

A fim de ilustrar a atualidade desse quadro, serão apresentados nesta seção alguns indicadores do mercado de trabalho brasileiro da última década desagregados por sexo e por cor. Serão apresentados estatísticas descritivas, algumas dentre estas tabuladas pela autora a partir dos microdados da PNAD¹⁰ do IBGE¹¹ e duas variáveis de uma compilação feita pelo próprio IBGE da PME¹². Apresenta-se também uma estatística tabulada e apresentada no *Dossiê mulheres negras*, relatório publicado pelo IPEA em 2013. O período de análise compreenderá os anos entre 2003 e 2013, em consonância com Paixão (2013)¹³. O primeiro conjunto de variáveis diz respeito ao nível de educação formal de homens e mulheres brancos e negros, entendido como fator importante para o ingresso e boa colocação no mercado de trabalho. Depois, serão apresentados alguns dados de ocupação, rendimento, nível de formalidade e área de atuação para os grupos de análise. Para finalizar, serão abordados os dados de homens e mulheres negros como empreendedores e sua comparação com número de indivíduos brancos na mesma posição.

Em todos os dados apresentados nesta seção, em conformidade com a bibliografia utilizada, entende-se “negros” pela junção dos indivíduos pretos e pardos¹⁴, isto se deve à forte aproximação de seus indicadores socioeconômicos e seu mútuo distanciamento

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹² Pesquisa Mensal do Emprego

¹³ Em “500 anos de solidão” (2013), Paixão ilustra com algumas estatísticas descritivas o período que compreende aos dois governos do presidente Lula, do PT (2003-2010). Após análise dos dados, o autor conclui que durante o período houve mudanças no perfil do mercado de trabalho brasileiro, caminhando no sentido de uma inédita diminuição das desigualdades de cor ou raça. Aumento no presente trabalho e período correspondente os primeiros anos do governo Dilma. Os anos seguintes apresentaram grandes mudanças tanto no âmbito político e macroeconômico quanto no âmbito metodológico com a introdução da PNAD contínua pelo IBGE.

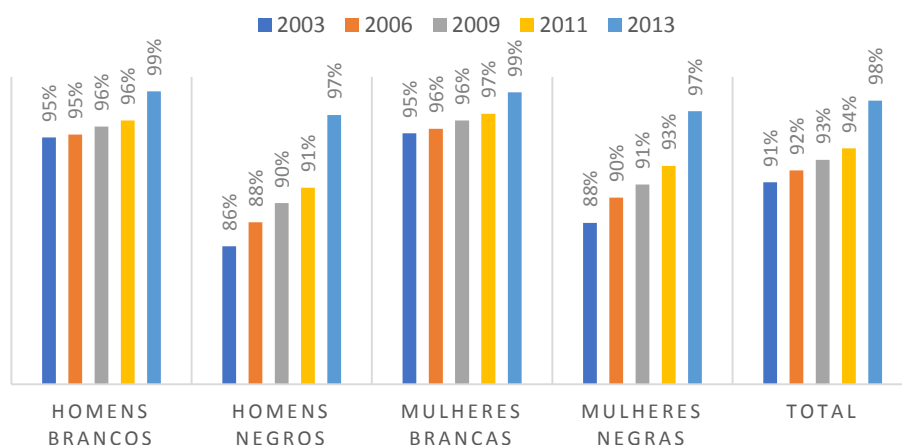
¹⁴ A esse respeito ler Paixão (2013, p.291)

em relação aos indivíduos autodeclarados brancos. Os dados referentes aos amarelos e indígenas, demais raças da população brasileira, fogem ao escopo do trabalho e, sendo assim, não estão presentes nos indicadores que se seguem.

De acordo com Monteiro (2001), o acesso ao mercado de trabalho e a possibilidade de sucesso em um empreendimento estão condicionados em grande medida à educação a qual o indivíduo teve acesso. Uma maior qualificação técnica e acadêmica representa oportunidades mais vastas e de melhor retorno financeiro. Portanto, o ponto de partida da nossa análise será uma breve digressão sobre a participação de negros e negras no sistema educacional brasileiro em contraste com a realidade de homens e mulheres brancos.

A primeira estatística apresentada diz respeito à base da educação: a alfabetização. Considerando os indivíduos com idade entre 10 e 65 anos de idade, houve uma melhora na taxa de alfabetização para todos os grupos estudados. O maior crescimento foi, entretanto, para homens e mulheres negras que começaram o período com respectivamente 86% e 88% de alfabetizados e terminaram o ano de 2013 com 97%, muito mais próximos do conjunto dos indivíduos brancos:

GRÁFICO 1: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E A COR OU RAÇA



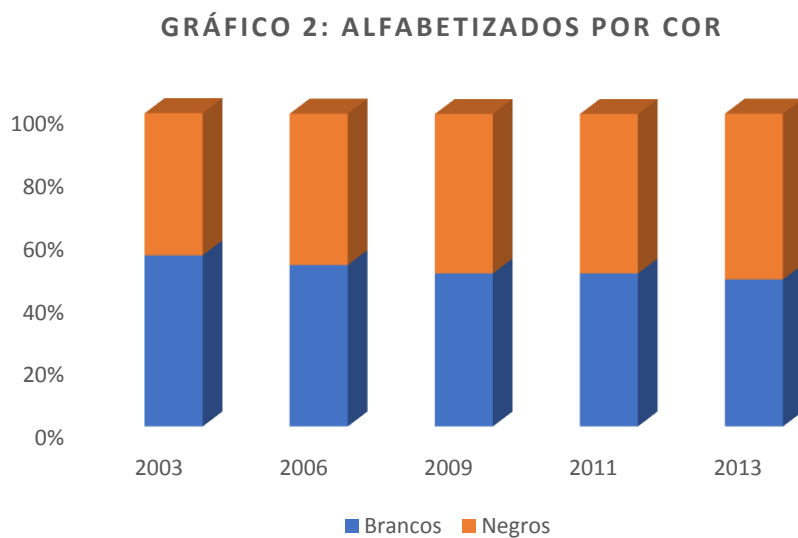
Fonte: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, IBGE (2004;2007;2010;2014)

Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Ainda analisando os indicadores sobre a taxa de alfabetização no período de análise, vale ressaltar que dentre os indivíduos alfabetizados, há um equilíbrio na proporção entre brancos e negros:



Fonte: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, IBGE (2004;2007;2010;2014)

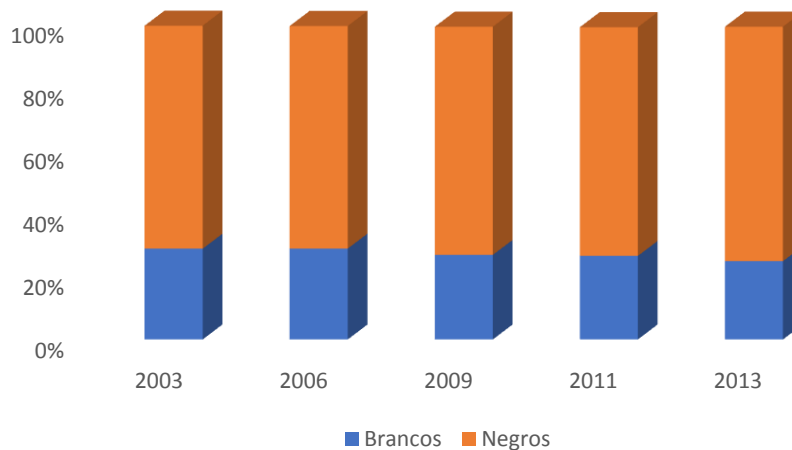
Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

No que diz respeito aos indivíduos não alfabetizados, contudo, não é possível identificar o mesmo equilíbrio segundo cor ou raça. Os indivíduos negros começam o período sendo 71% dos não alfabetizados, com idade entre 10 e 65 anos, do Brasil e terminam o ano de 2013 sendo 74% destes:

GRÁFICO 3: NÃO ALFABETIZADOS POR COR



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE (2004;2007;2010;2014)

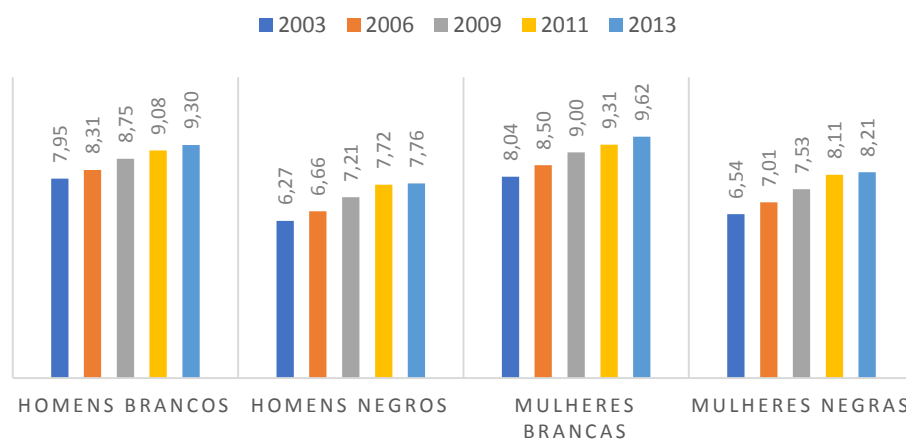
Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Prosseguindo no tema da educação, a segunda estatística a ser analisada é a média dos anos de estudo dos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos. Todos os grupos analisados tiveram um incremento em sua média, porém homens e mulheres negros ainda possuem menos anos de estudo, em média, que os indivíduos brancos:

GRÁFICO 4: MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR COR OU RAÇA



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE (2004;2007;2010;2014)

Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

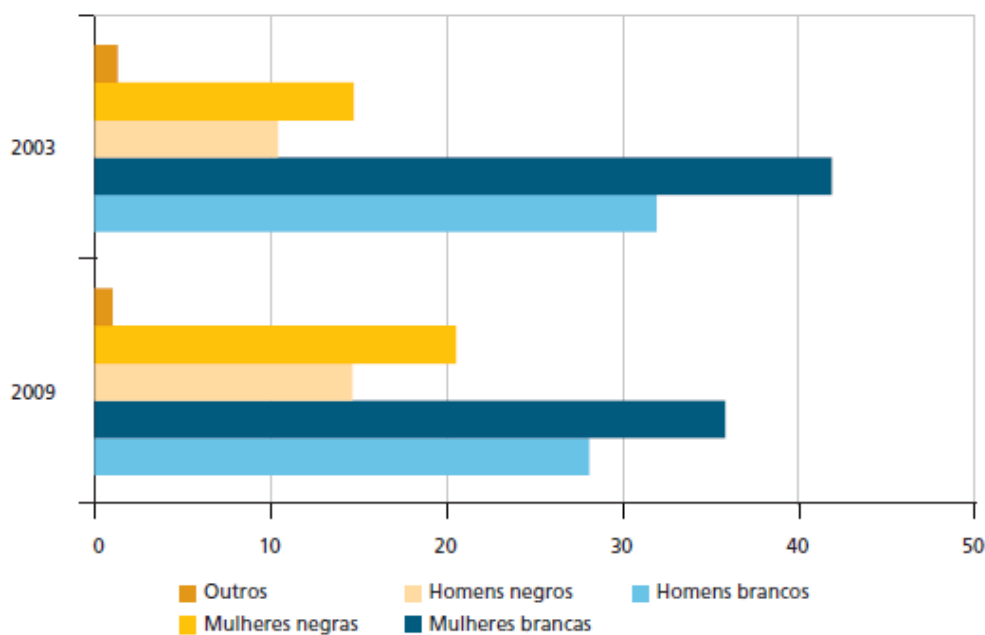
Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Faz-se necessária, então, a análise do ingresso de homens e mulheres negras no ensino superior.¹⁵ Para tal, traz-se a comparação da proporção (em %) de estudantes no ensino superior dos anos de 2003 e 2009. Nesse sentido, é possível identificar uma redução nas disparidades entre os anos, não obstante a forte predominância de indivíduos brancos:

GRÁFICO 5: INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR POR SEXO E A COR OU RAÇA

Fonte: IBGE (2004; 2010).

Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (2013), IPEA

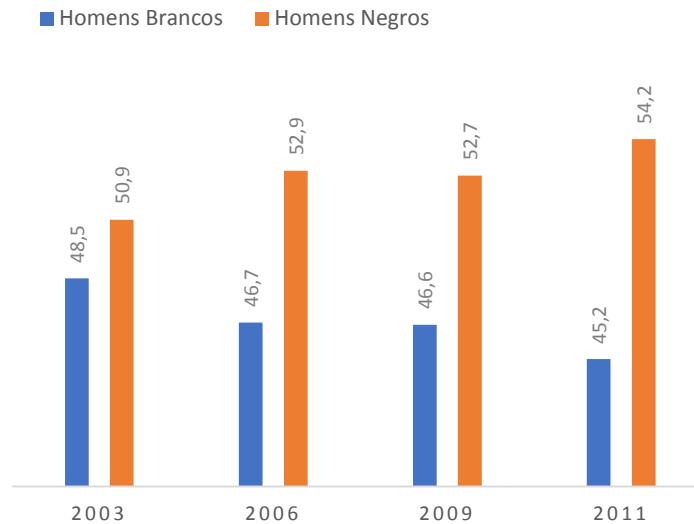


Sem pretensão de esgotar a descrição da educação brasileira desagregada por gênero e cor ou raça, cabe agora a apresentação de algumas variáveis sobre o mercado de trabalho brasileiro no período de 2003 a 2013. A primeira delas será a taxa de desocupação. No gráfico abaixo, cujos dados foram extraídos da *Retrospectiva Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2013* realizada pelo IBGE. Nota-se primeiramente uma considerável redução da taxa de desocupação tanto para indivíduos brancos quanto

¹⁵ Para uma discussão mais profunda sobre o tema, ver *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (2013), IPEA.

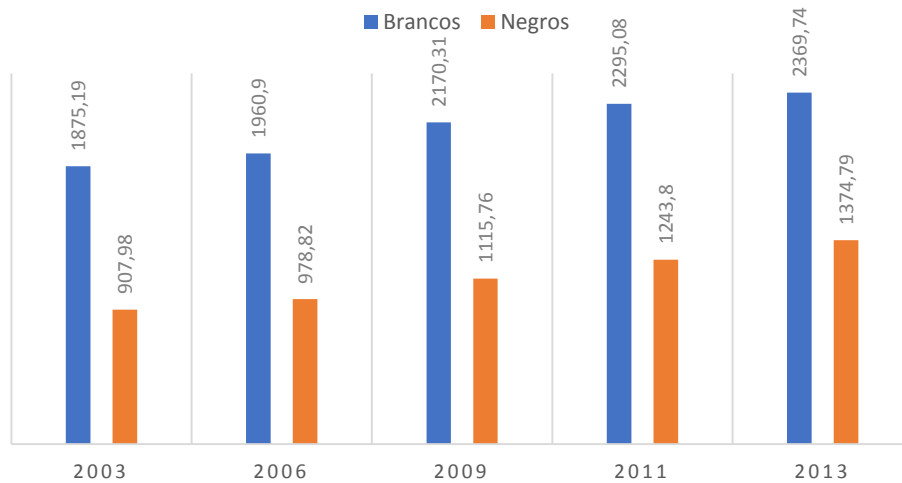
negros. Identifica-se, entretanto, a manutenção de maiores taxas de desemprego para os indivíduos negros no fim do período de análise:

GRÁFICO 6: TAXA DE DESEMPREGO POR COR



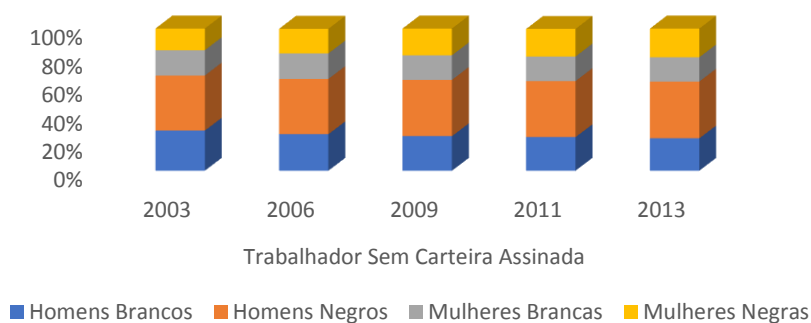
FONTE: *Retrospectiva Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2013*, IBGE.

Os dados do gráfico a seguir também foram extraídos da *Retrospectiva Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2013* realizada pelo IBGE. Aqui a variável de análise é o rendimento médio real recebido no trabalho principal desagregada por cor ou raça. Durante todo o período o rendimento da população branca foi bastante superior ao dos indivíduos negros. No ano de 2003, o rendimento médio anual dos negros representava apenas 48,4% do rendimento dos indivíduos brancos. Em 2013 os negros passaram a ganhar o equivalente a 57,4% do que ganhava em média os indivíduos brancos:

GRÁFICO 7: RENDIMENTO MÉDIO REAL POR COR

FONTE: Retrospectiva Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2013, IBGE.

Dentro desse contexto, faz-se necessário o entendimento das posições de maior inserção de negros e negras no mercado de trabalho. Com relação aos trabalhadores urbanos empregados sem carteira assinada (excluindo o trabalho doméstico) é notável uma maior representação dos indivíduos negros, sobretudo de homens negros. Estes eram 39% dos trabalhadores sem carteira assinada em 2003. Neste mesmo ano as mulheres negras representavam 15%, os homens brancos 29% e as mulheres brancas 18%. Já em 2013, os homens negros representavam 40% dos sem carteira assinada, as mulheres negras 20%, os homens brancos 23% e as mulheres brancas 17%:

GRÁFICO 8: TRABALHADORES SEM CARTEIRA ASSINADA POR SEXO E COR OU RAÇA

,

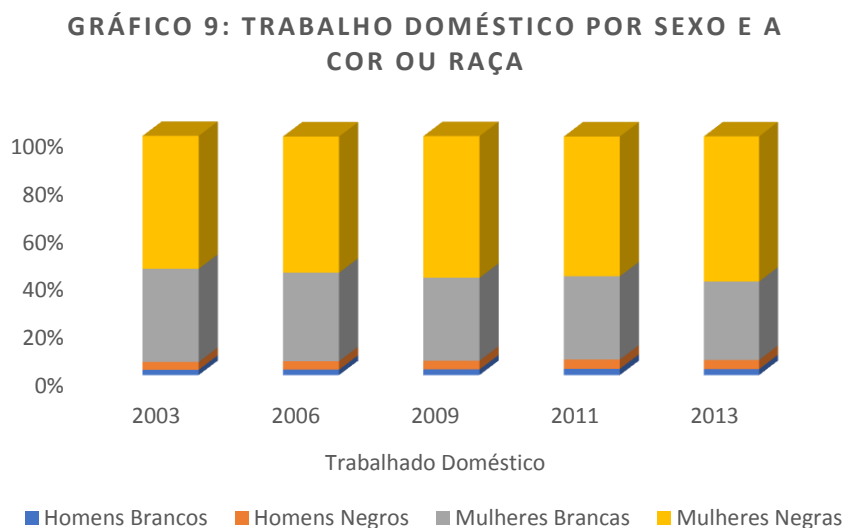
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE (2004;2007;2010;2014)

Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Se entre os trabalhadores sem carteira assinada a presença de homens negros é mais expressiva, no quesito trabalho doméstico remunerado (com ou sem carteira assinada) a mulher negra tem maior peso. Analisando os indivíduos de 10 a 65 anos de idade ao longo de todo o período estudado as mulheres, sobretudo as negras são super-representadas nesta categoria de ocupação. Ao fim de 2003 as mulheres negras eram 55% e as brancas 39% dos trabalhadores domésticos e ao fim de 2013 60% e 33% respectivamente:



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE (2004;2007;2010;2014)

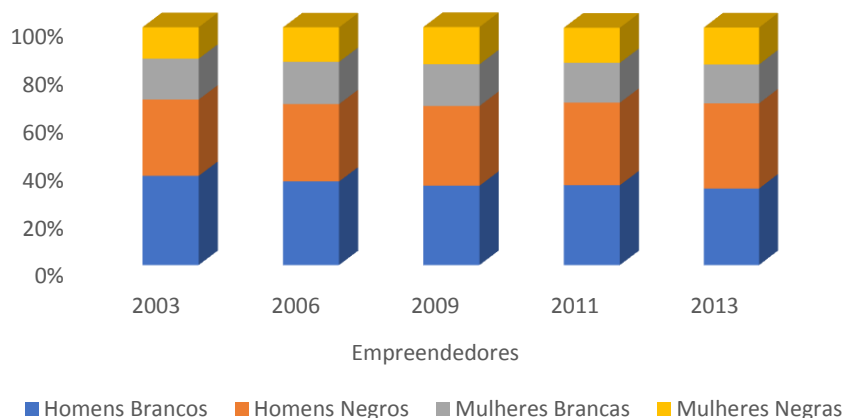
Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

O fechamento das estatísticas apresentadas se dará com a análise da posição de empreendedor desagregada por cor ou raça e por gênero. Entende-se aqui por “empreendedor” indivíduos que trabalhem por conta própria e que sejam empregadores de mão-de-obra. Para indivíduos com idade compreendida entre 10 e 65 anos de idade, temos um crescimento na relevância dos empreendedores negros. No final do primeiro ano de análise os homens negros eram 32% dos empreendedores contra 37% de homens brancos, 17% de mulheres brancas e 13% de mulheres negras. No final de 2013 os homens negros passam a ser maioria com 35% contra 32% dos homens brancos, 16% das mulheres brancas e 15% das mulheres negras:

GRÁFICO 10: EMPREENDEDORES POR SEXO E A COR OU RAÇA



Fonte: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, IBGE (2004;2007;2010;2014)

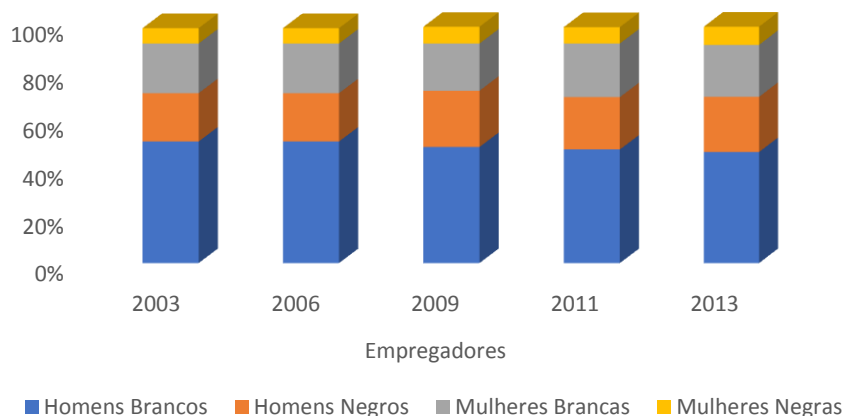
Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A análise dessa variável de forma isolada poderia sugerir uma inequívoca melhora na participação da população negra, sobretudo de homens negros na posição de empreendedor na sociedade brasileira. A última variável a ser analisada nesta seção dirá respeito, portanto, a qualidade desse empreendimento negro. Se por um lado, homens negros estão bem representados quando unimos as categorias “conta própria” e “empregadores”, quando destacamos apenas a posição de empregador a participação de homens negros cai razoavelmente. Aqui no início do período estes irão representar 20% dos empregadores, terminando o período sendo 23%. Já os homens brancos vão começar o período com 51% de participação e terminar com 46%. Atrás vêm as mulheres brancas com 21% em 2003 e 22% em 2013 e as mulheres negras com 6% em 2003 e 8% em 2013:

GRÁFICO 11: EMPREGADORES POR SEXO E A COR OU RAÇA



Fonte: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, IBGE (2004;2007;2010;2014)

Dados elaborados pela autora

Obs. 1: A PNAD não foi realizada no ano de 2010.

Obs. 2: Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

II.5 – Conclusão

O presente capítulo foi responsável por uma breve revisão da história da formação econômica brasileira pós emancipação da escravidão e de seus desdobramentos nas relações raciais do Brasil e nas condições de vida do trabalhador negro brasileiro. Dentro desse contexto, as elites brasileiras contaram com uma forte campanha do branqueamento da nação alicerçada em teorias racistas ditas científicas hegemônicas no plano internacional do final do século XIX adaptadas a realidade do país. Essa propaganda negativa criada sobre o trabalhador negro e suas qualidades técnicas vai justificar a escolha pela imigração europeia e a simultânea não incorporação da mão-de-obra negra livre e recém liberta. Como consequência, essa população vai se encontrar às margens do mercado de trabalho assalariado nascente, sendo entregue ao subemprego e a miséria. Além disso, a identidade negativa sobre os trabalhadores negros e negras vai influenciar a visão de empregadores, investidores, consumidores e os demais agentes econômicos.

Esse quadro será corroborado ao longo do século XX através das relações raciais brasileiras que de um lado se apresentam como assimilacionistas e elásticas e por outro demasiadamente hierárquicas. Esse “racismo à brasileira” tal como entende Paixão (2013) é capaz de manter-se harmonioso no dia-a-dia dos indivíduos desde sejam

respeitados os papéis correspondentes para brancos, negros e indígenas. Nesse sentido, as condições de subordinação vividas pela população negra brasileira são entendidas por Paixão (2013) como uma profecia autorealizada:

Por isso, no nosso modelo, a situação de sub-cidadania dos negros acaba operando como uma profecia que se autorrealiza. Posto que, no senso comum, os negros e negras nunca darão certo, eles jamais conseguirão mudar de posição subordinada no interior de nossa sociedade. Pelo fato dos negros não conseguirem incidir sobre essa realidade alterações qualitativas, acabam reforçando o senso comum. (PAIXÃO, 2013, p.294)

Para ilustração dessa realidade, a seção anterior contou com algumas estatísticas descritivas do mercado de trabalho brasileiro da década de 2003-2013. Dita como um período de crescimento econômico e de diminuição das desigualdades raciais e de gênero é de fato um período de melhora em diversos indicadores para todos os grupos analisados. Não obstante uma melhora relativa em alguns indicadores para a população negra, os valores absolutos da maior parte dos dados expostos caminhavam no sentido de ratificação da bibliografia revisada de manutenção ao longo dos séculos das disparidades entre brancos e negros no Brasil.

Dado esse cenário, o autoemprego e o empreendedorismo são válvula de escape para negros e negras no país. Embora ainda pouco presentes entre os empregadores se comparados aos indivíduos brancos, muitos utilizam essa saída para o desemprego e a discriminação vivenciada no mercado de trabalho brasileiro. Abordaremos no próximo o tema da atividade empreendedora *per se*.

Capítulo III – A atividade empreendedora e o caso do Beleza Natural

III.1 – A atividade empreendedora: suas definições e seu espaço na ciência econômica.

Para iniciar a discussão sobre a atividade empreendedora, iremos trazer à tona o entendimento do espaço dado ao empreendedor na ciência econômica. Para isso, será necessário abordar o economista Mark Casson cuja obra de 1982, *The Entrepreneur*, é referência para trabalhos posteriores.

Para Casson (1982), definir o empreendedor é uma tarefa simultaneamente necessária e difícil. Nesse sentido, os autores de teoria econômica debruçados sobre o tema do empreendedorismo, optaram por descrevê-lo através de uma abordagem funcional. Isso significa que esses autores delimitaram as funções e características de um empreendedor ideal e os indivíduos que as apresentassem, seriam classificados como tal.

Casson 2005 [1982] construirá sua própria definição do empreendedor, segundo a qual, baseará toda a teoria desenvolvida em sua obra. Para o autor, “an entrepreneur is someone who specializes in taking judgmental decisions about the coordination of scarce resources.” (CASSON, 2005 [1982], p.20) O empreendedor é, portanto, um indivíduo que não apenas toma decisões como os demais e sim um especialista no assunto. Suas decisões levam a uma coordenação – alocação eficiente – dos recursos disponíveis.

Neste ponto, as ideias do autor se aproximam com as de Schumpeter: há no empreendedor um papel de mudar o seu entorno. “The concept of coordination captures the fact that the entrepreneur is an agent of change: he is not concerned merely with the perpetuation of the existing allocation of resources, but with improving upon it. (CASSON, 2005 [1982], p.21). O autor traz a discussão, então, sobre a teoria econômica neoclássica – já definida como o mainstream econômico. Esta não será capaz de abarcar o conceito de empreendedor dado o seu arcabouço estático já exposto no primeiro capítulo desse trabalho.

Não obstante os limites da teoria neoclássica para descrever o empreendedor, Casson 2005 [1982] utiliza alguns de seus conceitos para caracterizá-lo. De acordo com o autor,

os empreendedores são movidos pela maximização de seus lucros afim de convertê-los em consumo e status. A demanda por esses empreendedores na sociedade será contínua pois sempre que há nova chegadas de novas informações e conhecimento há necessidade de se coordenar os recursos:

There will be a demand for entrepreneurial services so long as opportunities for coordination exist. Opportunities will exist as long as new information is becoming available in the light of which the existing allocation of resources appears inefficient. The new information may be a net addition to the stock of knowledge, in the sense of a discovery of something about which people were previously ignorant, or a replacement for obsolete knowledge. (CASSON, 2005 [1982], p.22)

Deste modo, o empreendedor é uma entidade atemporal e não delimitada por um arranjo institucional ou ambiente econômico específico. A definição de Casson 2005 [1982] é abstrata e abrangente, bastando que haja oportunidades de coordenação de recursos para que haja demanda por empreendedores. O próprio autor reconhece esse fato:

It must be emphasized that this definition is institution-free. It makes no reference to the type of economic system within which the entrepreneur operates, or to the particular kind of organization or institution with which he is associated. The entrepreneur function can be performed by very different kinds of people under different economic systems. (CASSONS, 2005 [1982], p.21)

Essa será a principal crítica de Julien (2010) à obra de Casson. Para Julien, é necessária maior delimitação do cenário em que está inserido o empreendedor:

Contudo, o empreendedorismo só pode se desenvolver em um ambiente econômico (mercado, estrutura ou setor, concorrência, etc.) e em uma dada conjuntura (em expansão, estagnação, declínio), nos quais age o empreendedor e que dão a ele a informação necessária para se ajustar e encontrar oportunidades de negócios. Sem ambiente complexo para além do mercado não há empresa capitalista logo não há empreendedor, diga Casson (1991) o que disser (JULIEN, 2010, p.25)

Além disso, a visão de Casson sobre as motivações para a atividade empreendedora – simplista e extensiva – as limita à lógica maximizadora baseada em escolhas racionais, como exposto anteriormente. Dessa forma, Julien (2010) entende que Casson não é

capaz de enxergar no empreendedor “o ser humano com possibilidades e limites.”, pois tem foco em demasia nas atribuições individuais do empreendedor. Dentro dessa perspectiva, ele propõe a análise da atividade empreendedora através de uma pirâmide. Seus três principais elementos são: o empreendedor, a organização e o meio em que estes estão inseridos. Esses elementos se inter cruzam e determinam o sucesso ou não de um empreendimento, de um conjunto de empresas ou até mesmo de uma região.

Somado a esses elementos centrais estão o ambiente e o tempo, ambos capazes de delimitar as possibilidades da tomada de decisões do empreendedor e da organização.

Segundo o autor:

Esse ambiente, ou melhor, o meio (o ambiente próximo), não é, entretanto, passivo, mas se desenvolve em conjunto com o empreendedor e sua empresa, e esse desenvolvimento não é geral ou global, mas específico a cada território a cada período da sua história [...] Por último, o tempo, t, não é indiferente, pois a escolha da época para aproveitar e transformar uma oportunidade em ação é relevante e pode explicar o sucesso ou o fracasso. (JULIEN, 2010, p.28)

A pirâmide proposta por Julien (2010) é capaz de esquematizar a relação do empreendedor e da organização com seu mundo externo. Seus principais influenciadores são o meio (ou ambiente próximo), o ambiente (econômico, institucional, jurídico, etc) e o tempo em que estão inseridos. Esses são os elementos que norteariam as abordagens que o autor irá propor para maior entendimento da atividade empreendedora. O autor observa, no entanto, a complexidade existente em definir o empreendedorismo, exigindo uma visão ampla sobre o tema.

Assim, o ato de empreender não possui uma definição consensual. Este é, portanto, frequentemente classificado em copiosos parâmetros que transitam em diferentes âmbitos. O conceito de empreendedorismo é, em suma, delimitado por diferentes ciências sociais através de metodologias diversas: “This has resulted in an academic field that is complex and heterogeneous with respect to approaches, methodologies and even the understanding about what exactly constitutes entrepreneurship.” (AUDRETSCH, 2012, p.755).

Diante disso, não é o objetivo deste trabalho discutir a adequação dos diferentes conceitos de empreendedorismo à realidade da sociedade brasileira pois fugiria ao escopo de uma monografia de graduação., Pretende-se apenas analisar, à luz dos autores

estudados nesta seção, como um caso de empreendedorismo bem-sucedido pode promover uma, mudança na identidade da população negra no Brasil.

II.3 – O caso Beleza Natural

O fechamento do presente trabalho se dará com um breve estudo sobre o caso da rede brasileira de salões intitulada Beleza Natural. A empresa, fundada no ano de 1993 por quatro afro-brasileiros de origem pobre, é um expressivo exemplo de sucesso ao redor do país. Ao longo de sua história será possível identificar diversos elementos apresentados nos capítulos e seções anteriores. Para apresentá-la de forma fidedigna, serão movimentadas diversas reportagens de jornais e revistas brasileiras, trabalhos acadêmicos anteriores bem como o livro “Beleza Natural”, publicado em 2015.

Segundo Suarez *et al* (2007), a história da criação do Beleza Natural se confunde com a de sua idealizadora: Heloísa Helena de Assis, mais conhecida como “Zica”. Já na infância ela sentia na pele os dilemas de ter cabelos crespos:

“Pixaim”, “cabelo duro”, “cabelo ruim”, “cabelo de arame”, “cabelo de Bombril” foram alguns dos apelidos colecionados na infância. Na escola, a professora não a deixava se sentar nas primeiras fileiras. A alegação era sempre a mesma: seu cabelo, volumoso demais, armado demais, atrapalhava a visão dos colegas. O fundo da sala de aula era o único lugar permitido à pequena. Ela engolia em seco e se dirigia às últimas cadeiras. A menina nunca sentiu raiva da professora, mas percebia o preconceito subjacente ao comentário. (MELO, 2015, p.24)

Zica nasceu em uma família pobre, em uma comunidade localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Sua família era composta pelo pai, a mãe e os doze irmãos que moravam juntos em um casebre com chão de terra batida e telhado de folhas de zinco. Como a renda mensal dos pais não era suficiente para a alimentação de toda a família, os irmãos mais velhos começavam a trabalhar cedo para alimentar os mais novos. Zica começou a trabalhar aos nove anos como babá e seguiu, ao longo dos anos, desempenhando também a função de empregada doméstica. “Com apenas 11 anos, Zica varria, limpava móveis e tapetes [...] Foi com Dulce, sua mãe – falecida em fevereiro de 2015 –, que aprendeu a arrumar, lavar e passar.” (MELO, 2015, p.28)

Na adolescência, ela vivenciou a contradição entre a simultânea exultação e repulsa ao próprio cabelo. Assim como expôs Sansone (1998 [1996]), citado no segundo capítulo desse trabalho, ela enfrentava diferentes reações ao cabelo nas áreas duras e moles da sociedade. Como “área mole” é possível citar o baile que frequentava com um dos irmãos mais velhos e sempre ganhava ao seu lado o concurso do *black power* mais bonito da noite. O cabelo, que era moda internacional na década de 1970, rendia aos dois ingressos grátis para o clube. O mesmo reconhecimento não era encontrado no mercado de trabalho, uma típica “área dura” da sociedade. As patroas de Zica associavam o cabelo crespo natural a desleixo e sujeira, a impelindo para que o escondesse:

Tamanha dedicação e capricho, no entanto, não eram suficientes para atender às exigências das patroas, que implicavam com seu cabelo cheio e volumoso. Como a menina não queria cortá-lo nem alisá-lo, passou a usar um lenço na cabeça. De tão apertado, feria suas orelhas. Quando chegava em casa, precisava tomar remédio para dor de cabeça. A lembrança dessa fase da vida a deixa triste até hoje. Mas isso era melhor do que se livrar do cabelo crespo. Graças a ele, entrava de graça no baile do Renascença Clube, endereço na Zona Norte que virou referência no movimento soul da cidade. (MELO, 2015, p.28)

O decorrer da vida profissional de Zica, a levou a tomar decisões ainda mais drásticas com relação ao cabelo crespo. Para ajudar no sustento da família, acumulava faxinas em diferentes casas de classe média no Rio de Janeiro. Encontrou uma patroa, então, que não tolerava o lenço nem tampouco o cabelo em estado natural. Viu-se obrigada a alisar os próprios cabelos, uma automutilação comum já apresentada por Akerlof e Kranton (2000) e Paixão (2013) nos primeiros capítulos deste trabalho:

Alisar o cabelo é prática recorrente nos lares brasileiros – especialmente quando a menina negra entra na adolescência, como foi o caso de Zica. A rotina já virou tema de música e assunto de teses acadêmicas. As tradicionais embalagens de henê costumam mostrar uma negra sorrindo com os cabelos escorridos. (MELO, 2015, p.30)

Diante dessa situação, Zica sentia-se triste por ter perdido sua identidade, o que afetava diretamente a sua autoestima. Ela resolveu, então, aos 23 anos começar a busca por um produto que conseguisse tratar o seu cabelo, deixando-o solto e com movimento sem perder sua originalidade. O mercado de cosméticos da época não oferecia nenhuma

solução para os cabelos crespos além do tradicional alisamento. Por esse motivo, Zica optou por desenvolver sozinha a solução para os seus cabelos. Faltando-lhe conhecimentos de química, passou dez anos testando misturas com cremes que utilizava em casa. Após inúmeras tentativas frustradas, algumas seguidas de quedas de cabelo, conseguiu chegar à fórmula ideal. O composto seria a solução para ela e para milhares de mulheres ao redor do país. Seria responsável também pela sua ascensão social:

Zica só ficou satisfeita com a imagem no espelho uma década depois do primeiro teste. Incentivada pelas vizinhas do Catrambi e pelo marido, se deu conta de que tinha em mãos bem mais do que uma solução para si mesma. Aos 33 anos, percebeu que sua fórmula mágica podia transformar mais do que o cabelo. A ex-faxineira quebrou o paradigma de mulheres negras e sem estudos reproduzirem o ciclo da pobreza ao desenvolver uma fórmula química inovadora para cabelos crespos. A vida de Zica começava a mudar. (MELO, 2015, p.34)

A descoberta do produto ideal, posteriormente denominado “super relaxante”, foi o primeiro passo para o sucesso. Zica começou a ouvir elogios de suas vizinhas que gostariam de ter o cabelo como o dela. O passo seguinte foi, então, pedir a ajuda de uma profissional para transcrever a fórmula para uma equação química. Em seguida, ela reuniu, na casa de sua mãe, o marido Jair, o irmão mais novo Rogério – que havia sido cobaia em diversos testes do produto – e sua namorada, Leila. Os quatro decidiram entrar de cabeça no sonho de montar um salão e escolheram, na ocasião, o nome “Beleza Natural”. Faltava-lhes um elemento chave: capital para investir. Depararam-se diversas vezes, ao longo de sua trajetória, com o preconceito e a falta de confiança no setor bancário:

Como não tinha condições financeiras para investir no negócio, nenhum parente para ajudar e, menos ainda, um amigo para lhes emprestar dinheiro, Zica e Jair cogitaram um empréstimo bancário. A dupla ouviu dos bancos um “não” em uníssono. Naquele momento, o sistema financeiro não se mostrava receptivo a clientes com o perfil socioeconômico dos quatro. (MELO, 2015, p.41)

O negócio foi iniciado em julho de 1993 com a junção das poucas economias que tinham em mãos. Somado a elas, estava o dinheiro correspondente à venda do único bem pertencente a um dos quatro: um fusca 1978 que Jair utilizava como taxi para complementar a renda. O primeiro salão foi inaugurado em um sobrado de 30 metros

quadrados no bairro da Muda, Zona Norte do Rio de Janeiro. Os primeiros dias foram de baixíssimo movimento no salão e sem dinheiro para publicidade, os sócios apelaram para uma estratégia alternativa. Rogério e Leila passaram a fazer divulgação verbal nas redondezas e a colar cartazes nos ônibus que pegavam para chegar ao salão.

A publicidade improvisada tornou o salão conhecido ao seu redor, proporcionando algum movimento. Passaram-se apenas cinco meses para que a procura do salão se tornasse, então, mais intensa. Em dezembro de 1993 o lugar começou a apresentar uma fila de espera, padrão que dura até hoje nas diversas unidades espalhadas pelo Brasil. Desde então o Beleza Natural segue em franca expansão. Com filas cada vez maiores, a solução foi trazer do Mc Donald's, empresa em que Rogério e Leila trabalharam anteriormente, um modelo de otimização dos serviços:

Uma dividia o cabelo em mechas, outra passaria o produto, uma terceira lavava e, por fim, outra finalizaria o penteado. [...] O tempo de permanência no instituto diminuiu, ainda que até hoje a espera nos salões da rede continue longa (em especial no começo do mês, aos sábados e às vésperas de datas festivas). O serviço se tornou mais ágil e não perdeu a qualidade. (MELO, 2015, p.55)

Ainda após o sucesso inicial, os sócios ainda sentiram resistência à sua inclusão no setor bancário. O público do salão era, em sua maioria, de mulheres da classe C e por isso os serviços eram frequentemente pagos em cédulas e moedas (por vezes contadas). Como não tinham uma conta bancária, o dinheiro era guardado na casa dos sócios, deixando-os apreensivos quanto à segurança. Decidiram, portanto, tentar abrir uma conta no Banco Nacional, mas não obtiveram sucesso:

Mal entrou no banco, o gerente avisou que o pedido de abertura de conta havia sido recusado, antes mesmo de os documentos serem apresentados. Para os preconceituosos padrões vigentes, eram quatro pessoas que tinham tudo para dar errado. Seus perfis nada tinham a ver com os da média dos clientes do banco e o negócio que abraçaram era “um bicho muito diferente”. Ainda por cima, eram todos negros. (MELO, 2015, p.57)

As dificuldades não foram motivos para paralisar a ação dos sócios. Com a demanda crescente, dois anos após a abertura do primeiro salão, foram inauguradas duas filiais.

Os novos salões foram abertos no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro e em um município vizinho: Duque de Caxias. A escolha baseou-se na presença de lojas das Casas Bahia, marca também voltada para os consumidores da classe C. Os anos que se seguiram foram de austeridade e foco no investimento de um Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CDT) em Jacarepaguá e ampliação dos salões já existentes.

Nesse sentido, o ambiente econômico foi fundamental para o crescimento acelerado e sustentável da marca. A ascensão da classe C e da inserção da mulher no mercado de trabalho foram fatores importantes para o aquecimento do mercado consumidor do Beleza Natural:

O excelente desempenho financeiro era reflexo da mudança no país. A inflação havia desabado. De um índice de 1.093,8% em 1994 – ano de implantação do Plano real -, caiu para 14,7% no ano seguinte. O mercado de trabalho dava sinais de aquecimento. De forma lenta e gradual, crescia a inserção da mulher no mundo profissional, passando a representar, em 2010, segundo o Censo do IBGE, 43,50% da mão-de-obra empregada no Brasil. Na década de 1970, a participação feminina não passava de 20,86%. Com a estabilização da economia, as mulheres puderam ir às compras – e ao cabeleireiro. (MELO, 2015, P.66;67)

Ainda assim, com sua pouca experiência em gestão, Zica, Leila, Rogério e Jair cometeram muitos erros e acertos ao longo da trajetória da rede de salões. A inauguração de um salão de atendimento VIP, de cara implementação e que gerou polêmicas sobre a marca e o investimento em produtos que não estavam ligados ao *core* do negócio foram algumas das medidas equivocadas.

O quarteto de sócios colecionou, porém, vitórias bem significativas ao longo dos anos. A primeira delas foi a inauguração, em 2004, de sua fábrica própria, a Cor Brasil, inicialmente focada no super relaxante e depois expandida para os produtos vendidos no salão: cremes, condicionadores, xampus, etc. No ano seguinte, o Beleza Natural foi aprovado para se juntar a Endeavor, ONG mundialmente reconhecida no fomento a empreendedores de alta performance. O processo é super acirrado, com aprovação anual

de cerca de 1% das empresas inscritas. Nas palavras da ONG, “O Beleza Natural desenvolveu auto-estima a quem tem cabelos cacheados e crespos.”¹⁶

O reconhecimento também se fez presente para Zica e Leila por suas histórias como empreendedoras. Leila recebeu em 2014 o título de jovem líder global do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Já Zica foi premiada em 2005 pela Ernst & Young e em 2013 pelo Estado de S. Paulo como empreendedora do ano. Também em 2013 entrou para a lista das 10 mulheres de negócios mais poderosas do Brasil, segundo a Forbes. “No dia da premiação, Zica dividiu o palco com a então presidente da Petrobrás, Graça Foster, e com a modelo Gisele Budnchen.” (Melo, 2015, p. 101)

Essas premiações e reconhecimentos públicos destinados ao Beleza Natural, a Zica e a Leila, não são espaços frequentemente ocupados por indivíduos negros. Nesse sentido, a presença da rede de salões e de suas sócias contribui para uma mudança na identidade da população negra no mercado de trabalho e na atividade empreendedora. A imagem dos indivíduos negros, sobretudo das mulheres negras, sendo associados ao subemprego – e muitas vezes ainda ligadas à escravidão, como exposto no capítulo II - pode ser gradualmente transformada por exemplos como os de Zica e Leila, assim como as ideias de Monteiro, apresentadas na primeira seção deste capítulo. Melo (2015) corrobora esse mecanismo:

Aos 33 anos, percebeu que sua fórmula mágica podia transformar mais do que o cabelo. A ex-faxineira quebrou o paradigma de mulheres negras e sem estudos reproduzem o ciclo da pobreza ao desenvolver uma fórmula química inovadora para cabelos crespos. (MELO, 2015, p.35)

Além disso, o sucesso do Beleza Natural é importante para o empoderamento de suas consumidoras. Os sócios objetivavam, portanto, trazer produtos cada vez efetivos para suas clientes. Para isso, movimentaram muita pesquisa em sua fábrica, a Cor Brasil:

Em 2007, além dos seis salões, o Beleza Natural possuía uma fábrica, a Cor Brasil, que desenvolvia e produzia todos os produtos de uso profissional e de tratamento usados no Beleza Natural. A Cor Brasil mantinha um laboratório de Pesquisa & Desenvolvimento, onde eram criadas todas as novidades lançadas anualmente nos salões. Os sócios estimavam que ainda no ano de 2007 seriam lançados 17 novos produtos. (SUAREZ *et al*, 2007, p.557)

¹⁶ Disponível em: <https://endeavor.org.br/empreendedores-endeavor/heloisa-zica-assis/>

A ideia seria oferecer uma opção de tratamento para os cabelos crespos e cacheados que diferentemente do alisamento permite a permanência dos cachos naturais. Essas mulheres, em sua grande maioria negras, não eram contempladas anteriormente pelos cosméticos e tratamentos capilares existentes. Assim como Zica, tinham que optar por cabelos crespos não tratados e malvistos pela sociedade ou por cabelos alisados que iam contra a sua identidade. O Beleza Natural seria capaz, portanto, de mudar a autopercepção de suas consumidoras à medida que insere na sociedade um novo padrão de beleza:

Os cachos viraram objeto de desejo. As fotos retratavam negros fora do espaço da marginalidade, da pobreza e da opressão. Era uma estratégia perfeita para consolidar a ideia de que, no lugar de fabricar cachos em série, o que Zica e seus sócios queriam era transformar os cabelos crespos em um novo padrão de beleza. (MELO, 2015, p.76)

A disposição dos salões, sua decoração, a logomarca e sua cor, tudo foi escolhido para trazer mais conforto e elevação de autoestima para as clientes da rede de salões. Além disso, o atendimento era padronizado nas lojas, fazendo com que as consumidoras se sentissem da mesma forma independentemente da unidade escolhida. Para isso, Zica cuidou pessoalmente dos primeiros treinamentos de funcionária. Segundo Melo (2015), era muito importante manter o padrão dos salões: “Não importa se a cliente está calçando chinelo de dedo e vestindo uma roupa humilde – ela será sempre tratada como rainha, reza o estatuto não escrito do Beleza Natural. (MELO, 2015, p.67)

Parte do sucesso do atendimento diferenciado da rede se deve ao fato da maioria das funcionárias do salão serem ex-clientes. O Beleza Natural atua um importante veículo de emprego de mulheres negras e se beneficia com a identidade existente entre consumidoras e funcionárias. De acordo com Melo (2015):

Ainda que não represente pré-condição para compor o quadro de pessoal, o fato é que cerca de 70% das funcionárias são ex-clientes. Está aí mais um dos grandes triunfos. Vindas da mesma camada social e com histórias pessoais similares no que diz respeito ao cabelo, a identificação entre cliente e funcionária é imediata. (MELO, 2015, p.68)

A interação entre um bom produto e um atendimento diferenciado foi um dos fatores que levou o Beleza Natural a ser um grande caso de sucesso. Além das conquistas já alcançadas, o salão tem planos para expansão e pretende ter 120 salões até o final do ano de 2018. Ademais, tem por objetivo sua colocação no mercado internacional começando por Nova Iorque.

Considerações Finais

A despeito do pouco espaço encontrado pelo tema da discriminação nos mercados – sobretudo o mercado de trabalho – no chamado *mainstream* econômico, alguns autores movimentaram seu arcabouço teórico como base para entender esse tema. Ademais, outras correntes teóricas – e até outros campos de pesquisa - foram alicerce para o surgimento de teorias sobre a discriminação dentro da ciência econômica. Nesse sentido, o presente trabalho apresentou três teorias que buscaram raciais distintos para a existência e perpetuação da discriminação nos mercados.

Akerlof e Kranton (2000) em especial, desenvolvem uma teoria sustentada na identidade dos indivíduos dentro de uma sociedade. Isto é, a percepção e auto percepção dos indivíduos será indispensável para definir as suas relações sociais. Nesse contexto, aqueles que não cumprirem com as normas sociais que lhe foram impostas podem causar danos em sua utilidade e na dos que estiverem à sua volta.

A teoria transitou em diversos momentos ao longo dos capítulos II e III para ilustrar o tecido complexo e ambíguo das relações raciais brasileiras. Nesse contexto, a identidade é uma peça fundamental na percepção e autopercepção de negros e negras na sociedade do país. Não obstante à sua não segregação racial, a identidade da população negra é marcada por sua inferiorização na hierarquia social. Esse cenário, se reflete na perpetuação de indicadores desiguais no mercado de trabalho para homens e mulheres negras – sobretudo para as últimas. O empreendedorismo é um importante mecanismo de mudança nesse quadro.

Para entender melhor como as empresas pertencentes aos afro-brasileiros podem contribuir em aumento da sua autoestima e na mudança da sua imagem perante à sociedade, a última seção deste trabalho destinou-se ao estudo de caso da rede de Salões denominada Beleza Natural. O sucesso e a trajetória de crescimento dos salões foram responsáveis pela ascensão social dos sócios, antes subempregados. A rede, contudo, preencheu uma forte lacuna no mercado de cosméticos e tratamentos capilares para cabelos crespos, sobretudo das mulheres negras.

Através de seu intenso sucesso, o Beleza Natural promove um aumento na valorização dos indivíduos negros no papel de empreendedores e das mulheres negras como consumidoras e funcionárias. Além disso, é capaz de influenciar o padrão de beleza da sociedade e dos traços relacionados ao fenótipo das negras brasileiras, dando a elas alternativas à automutilação do alisamento capilar. Estas são formas pelas quais influem positivamente na mudança identidade da população negra do Brasil e em uma possível diminuição na discriminação dos mercados.

A trajetória e o crescimento da rede de salões pode ser analisada à luz dos autores apresentados na seção II.2. Primeiramente, o papel de Zica como empreendedora foi fundamental. Ela foi capaz de identificar oportunidades e movimentar os recursos de forma adequada, assim como na descrição de Casson (2005 [1982]). À medida que decidiu colocar em execução suas ideias, Zica contou com a forte presença de seus sócios, família, parceiros e fornecedores para construção do Beleza Natural. A organização continua fortemente ligada à sua figura, mas se emancipou paulatinamente, como previa a abordagem sociológica proposta por Julien (2010).

Nesse contexto, o acelerado e expressivo crescimento dos salões e da marca *per se* teve forte influência do ambiente - conjuntura política e econômica- e do tempo em que estavam inseridos, se beneficiando da significativa ascensão da classe C. Tal como Julien (2010) aponta, o ambiente e o tempo foram imprescindíveis para o mecanismo de identificação de oportunidades e de florescimento da atividade empreendedora.

O caso “Beleza Natural” ilustra sobretudo, a possibilidade de influência na identidade da população negra no Brasil, pois proporciona ascensão social e aumento da autoestima dos sócios (todos negros), de funcionárias e de clientes. Dado a conjuntura econômica em que se inseriu e se consolidou no mercado, a rede foi capaz de empregar milhares de mulheres negras em todo Brasil, a maioria delas ex-clientes. Nesse sentido, os salões contribuem para uma mudança na percepção, sobretudo autopercepção, dos traços e fenótipos das mulheres negras tendo conseqüente impacto em sua identidade.

Este primeiro trabalho não se destina, contudo, a esgotar este tema, sendo necessários estudos mais profundos para averiguar a real influência entre a mudança na identidade de negros e negras brasileiras e as condições da discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho do país. Nesse sentido, dada a complexidade do tema do

empreendedorismo, propõe-se, como estudos futuros, um aprofundamento do estudo de casos de sucesso no empreendedorismo negro brasileiro. Para isso, seria possível a utilização de forma mais densa das abordagens de Julien (2010), de Casson (2005 [1982]) e de outros autores que vêm estudando o fenômeno do empreendedorismo.

Referências Bibliográficas

AUDRETSCH, David. Entrepreneurship research. Indiana, USA. Management Decision, Vol. 50 Issue: 5, pp.755-764. Disponível em <<https://doi.org/10.1108/00251741211227384>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRITES, Maríndia; MARIN, Solange Regina; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. Economia e Identidade: Uma leitura das principais abordagens. In: Encontro de Economia da Região Sul, 2016, UFSC. Economia e Identidade: Uma leitura das principais abordagens... [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/xix-encontro-de-economia-da-regiao-sul--artigos-selecionados>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CASSON, Mark. The Entrepreneur: An Economic Theory. 2. ed. [S.l.]: Edward Elgar Publishing Ltd, 2005. 208 p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352 p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, IV., 1980, Rio de Janeiro. Racismo e sexismo na cultura brasileira... Rio de Janeiro: [s.n.], 1984. p. 223-243.

JULIEN, Pierre André. Empreendedorismo Regional: e economia do conhecimento. 1. ed. [S.l.]: Saraiva, 2010. cap. Introdução, p. 13-31.

LOUREIRO, PAULO R.A . Uma Resenha Teórica e Empírica sobre Economia da Discriminação. Rev. Bras. Econ., online, vol.57 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402003000100005>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MELO, Liana. Beleza Natural: A história da rede de cabeleireiros que levantou a autoestima dos brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2015. 208 p.

MONTEIRO, Jorge Aparecido. O empresário negro: Histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca da afirmação social. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001. 206 p.

NOGUEIRA, João Carlos et al. (Org.). Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro: Desafios históricos e perspectivas para o século 21. 1. ed. São Paulo: Atilênde, 2013. 324 p.

NOGUEIRA, O. – Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Ed. USP, 1998 [1955].

PAIXÃO, Marcelo. - Acesso ao crédito produtivo pelos microempreendedores afrodescendentes e os desafios para a inclusão financeira no Brasil. Brasília: Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, 2016.

PAIXÃO, Marcelo. A discriminação racial na teoria econômica e seu diálogo com as ciências sociais: primeiro esforço de análise. In: Simpósio Internacional de Estudos, VII., 2016, USP. Brasil-França-Estados Unidos: novos olhares, novas perspectivas.... [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-21.

PAIXÃO, Marcelo. 500 anos de solidão: Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013. 337 p.

PRADO, E. F. S.. A ortodoxia neoclássica. *Estud. Av.*, online, v. 15, n. 41, p. 9-20, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100003>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SUAREZ, Maribel Carvalho; CASOTTI, Letícia Moreira; ALMEIDA, Victor Manoel Cunha de. Beleza natural: crescendo na base da pirâmide. *Rev. adm. contemp*, Curitiba, p. 1-7849, abr. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000200012>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. *RAE- Revista de Administração de Empresas*, Minas Gerais, v. 54, n. 3, p. 310-321, maio. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902014000300006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: Princípios Básicos - Uma Abordagem Moderna*. 7. ed. [S.l.]: Campus, 2006, 807 p.